

RELATÓRIO E CONTAS

2022





Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (CCSG)

Fundoa de Baixo | 9020-242 Funchal

Telefone: 291 705 555

Fax: 291 705 557

E-mail: geral@horariosdofunchal.pt

Website: www.horariosdofunchal.pt

Capital Social: EUR 5.000.000,00

NIPC e Matrícula: 511 007 116

Conservatória do Registo Comercial do Funchal

RELATÓRIO E CONTAS



2022

ÍNDICE



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
AGRADECIMENTOS	13
NOTA DE ABERTURA	14
APRESENTAÇÃO	15
Órgãos Sociais	16
Visão, Missão e Valores	16
Inovação	17
Princípios e Valores	17
Deveres e obrigações dos passageiros	18
Direitos dos passageiros	19
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	20
INDICADORES RELEVANTES	22
RELATÓRIO DE GESTÃO	23
Enquadramento	24
Riscos associados à atividade	24
1. EXPLORAÇÃO	26
1.1. Oferta	27
1.1.1. Serviço Interurbano	27
1.1.2. Serviço de Alugueres	27
1.2. Procura	28
1.2.1. Serviço Interurbano	28
1.2.2. Serviço de Alugueres	29
1.3. Fiscalização	29
2. RECURSOS HUMANOS	30
2.1. Efetivo	31
2.2. Caracterização dos Recursos Humanos	31
2.3. Gastos com o Pessoal	32
2.4. Trabalho Suplementar	32

2.5. Absentismo	32
2.6. Formação Profissional	33
2.7. Acidentes de Trabalho	33
2.8. Posto Clínico	34
3. MANUTENÇÃO	35
3.1. Frota.....	36
3.2. Taxa de Imobilização	36
3.3. Manutenção Preventiva	37
3.4. Custo de Manutenção	37
4. ENGENHARIA E PRODUÇÃO	38
4.1. Lavagem de Viaturas.....	39
4.2. Emissões de CO ₂	39
5. LOGÍSTICA	40
6. COMERCIAL.....	42
6.1. Receita do Serviço Interurbano	43
6.2. Campanhas, Eventos e Promoção	44
7. TECNOLOGIA.....	45
7.1. Suporte Técnico	46
7.2. Assistência SAEIP e Bilhética.....	46
8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	48
8.1. Rendimentos e Ganhos.....	49
8.2. Gastos e Perdas	50
8.3. Resultados	51
8.4. Estrutura Patrimonial	51
8.5. Endividamento.....	52
RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	54
PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS	55
ANEXO I – Cumprimento das Orientações Legais	56
ANEXO II – Contas do Exercício.....	67
Anexo III - Anexo às Demonstrações Financeira	73
ANEXO IV – Fiscal Único.....	110

Certificação Legal de Contas

Relato sobre Outros Requisitos Legais e Regulamentares

Relatório e Parecer do Fiscal Único

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Oferta Serviço Interurbano	27
Quadro 2 - Oferta Serviço de Alugueres.....	28
Quadro 3 - Procura Serviço Interurbano	28
Quadro 4 - Procura Serviço de Alugueres.....	29
Quadro 5 - Fiscalização	29
Quadro 6 - Efetivo.....	31
Quadro 7 - Gastos com o Pessoal	32
Quadro 8 - Trabalho Suplementar	32
Quadro 9 - Absentismo.....	32
Quadro 10 - Formação Profissional	33
Quadro 11 - Acidentes de Trabalho.....	34
Quadro 12 - Posto Clínico	34
Quadro 13 - Frota	36
Quadro 14 - Manutenção Preventiva	37
Quadro 15 - Custo total de Manutenção.....	37
Quadro 16 - Lavagem de Viaturas	39
Quadro 17 - Emissões de CO ₂	39
Quadro 18 - Receita Serviço Interurbano	43
Quadro 19 - Assistência SAEIP e Bilhética	47
Quadro 20 - Rendimentos e Ganhos	49
Quadro 21 - Rendimentos e Ganhos por serviço	49
Quadro 22 - Gastos e Perdas	50
Quadro 23 - Gastos e Perdas por serviço	50
Quadro 24 - Resultados	51
Quadro 25 - Resultados por serviço	51
Quadro 26 - Estrutura do Balanço	52
Quadro 27 - Endividamento	52

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Passageiros Transportados Serviço Interurbano	28
Gráfico 2 - Indicadores Demográficos - Idade (esquerda), Antiguidade (meio) e Escolaridade (direita).....	31
Gráfico 3 - Classificação do Absentismo	33
Gráfico 4 - Taxa de Imobilização.....	36
Gráfico 5 - Títulos de Transporte Vendidos.....	43
Gráfico 6 - Suporte Técnico	46

GLOSSÁRIO

ATP: Amigo do Transporte Público

CA: Conselho de Administração

CAM: Certificado de Aptidão de Motorista

CCP: Código dos Contratos Públicos

CCSG: Companhia dos Carros de São Gonçalo

CNQ : Catálogo Nacional de Qualificações

DGS: Direção Geral de Saúde

DRETT: Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres

EEM: Empresa de Eletricidade da Madeira

EBITDA: Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

HF: Horários do Funchal

L.K.O.: Lugares/quilómetro, oferecidos

p.p.: Pontos Percentuais

PMR: Pessoas Mobilidade Reduzida

PT: Passageiros transportados

PIB: Produto Interno Bruto

P.K.T.: Passageiro/quilómetro transportado

T.O.: Taxa de ocupação

PM: Percurso médio (km)

RARE: Regulamento de Aquisições de bens e serviços e de realização de empreitadas

SAEIP: Sistema de Apoio à Exploração e Informação ao Público

STRAMM: Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e Atividades Metalúrgicas da Região Autónoma da Madeira

SNMOT: Sindicato Nacional dos Motoristas e Outros Trabalhadores

VAB: Valor Acrescentado bruto

SVAC: Serviço de vendas e atendimento ao cliente

Veículo km: Total de quilómetros percorridos

Turnover: Taxa de Rotatividade

Lay-Off: Suspensão temporária do contrato de trabalho

Busdoor: Publicidade em autocarros

Passivo Remunerado: Financiamentos Obtidos Correntes + Financiamentos obtidos não correntes

Autonomia Financeira: Capital Próprio/Ativo Total

Solvabilidade: Capital Próprio/ Passivo Total

Liquidez Geral: Ativo Corrente / Passivo Corrente

Capacidade de Endividamento: Capital Próprio / Capital Permanente

Volume de Negócios: Vendas + Serviços Prestados

Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais: Rendimentos Operacionais/Gastos Operacionais

Gastos Operacionais por Passageiro Transportado: Gastos Operacionais/PT

Rendimentos Operacionais por Passageiro Transportado: Rendimentos Operacionais/PT

Gastos Operacionais por km percorrido: Gastos Operacionais/Km percorrido

Rendimentos Operacionais por km percorrido: Rendimentos Operacionais/Km percorrido

Resultado líquido por Passageiro Transportado: Resultado líquido/PT

Resultado líquido por Km Percorrido: Resultado líquido/Km percorridos

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



O ano de 2022, foi um ano atípico. Se por um lado, e tal como projetado no Relatório & Contas de 2021, com a população maioritariamente vacinada e já com a dose de reforço, quer em Portugal quer nos principais países emissores de turismo para a RAM, tivemos uma melhoria da nossa operação, quer em termos de passageiros, quer em termos de receitas. Apesar de ainda não termos atingido os valores registados no ano de 2019.

Por outro lado, tivemos a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, que causou impactos macroeconómicos derivado de aumentos acentuados e constantes das taxas de inflação, bem como aumentos de preços das matérias primas, o que levou a que os nossos gastos com combustíveis e peças de manutenção tenham aumentado.

Em termos financeiros, com o aumento do volume de negócios, conseguimos também melhorar os nossos resultados operacionais relativamente a 2021.

No dia 29 de julho, foi assinada o 7º Aditamento ao “Contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na RAM”, celebrado em 30 de outubro de 2017, entre o Governo Regional e a empresa “Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.” referente aos cálculos do apuramento da reconciliação da compensação financeira dos exercícios económicos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

No final do ano, para a empresa cumprir com o artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas, uma operação harmónio que consiste numa redução de capital seguida de um aumento do mesmo.

Apesar do acima exposto, continuamos confiantes, que, em 2023 continuaremos a satisfazer as necessidades dos nossos clientes com o máximo de rigor, profissionalismo e a criar valor para o nosso acionista.

Para concluir, queremos agradecer o empenho e a dedicação da nossa Tutela, Secretaria Regional da Economia, liderada pelo Ex. Sr. Secretário Dr. Rui Barreto, do nosso acionista, Governo Regional da Madeira, aqui representado pelo Secretário das Finanças, Ex. Sr. Dr. Rogério Gouveia.

AGRADECIMENTOS



O decorrer da atividade da CCSG no exercício de 2022 só foi possível, graças à pronta colaboração de diversas entidades e pessoas, às quais não poderíamos deixar de agradecer.

Entende o Conselho de Administração mencionar de forma particular:

- Os colaboradores da Companhia de Carros de São Gonçalo S.A., pelo esforço, empenho e dedicação no cumprimento dos objetivos propostos;
- Os nossos clientes sem exceção;
- Os nossos fornecedores e prestadores de serviços;
- O nosso Revisor Oficial de Contas, pela cooperação no acompanhamento da atividade da empresa;
- As entidades públicas e instituições financeiras com quem trabalhamos, pela confiança e apoio demonstrados;
- À Horários do Funchal – Transportes Públicos S.A, nossa acionista, à Secretaria Regional da Economia da Madeira, à Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres e à Secretaria Regional das Finanças, que nos ajudou no cumprimento dos objetivos e consolidação do plano de negócios e investimentos nos seus diversos aspetos.

A todas as pessoas, o nosso **muito obrigado**.

NOTA DE ABERTURA

No ano de 2022, os efeitos negativos da pandemia tiveram menor impacto na economia Regional, no entanto, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, tem implicado aumentos sucessivos dos preços de matérias primas, criando uma instabilidade na economia mundial.

Não se prevê, nos próximos meses, um cessar fogo entre os dois países, o que implicará continuar a haver um impacto direto negativo nos principais indicadores macroeconómicos, que não se esperam que voltem aos seus índices pré-conflito nos próximos tempos, impactando, dessa forma, a performance financeira da empresa.

Relativamente aos serviços prestados, continuamos a assistir a uma melhoria gradual da nossa operação, quer em termos de passageiros, quer em termos de receitas.

Nesta Nota de Abertura, decidimos fazer uma síntese da economia regional e depois, no Relatório de Gestão, abordaremos o enquadramento da empresa em 2022.

APRESENTAÇÃO

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., seguidamente referida por CCSG, é uma sociedade comercial por ações de natureza privada, de capitais públicos, tem como atividade o transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana, e, no aluguer de autocarros com condutor, principalmente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 euros, e, é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal-Transportes Públicos, S.A. (HF). Esta sociedade, comercial por ações, igualmente de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 euros.



Órgãos Sociais

ORGÃOS SOCIAIS	
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	
Presidente	António José Jardim Faria
Secretário	António Manuel Pita Rentróia
Secretário	Gabriel de Lima Farinha
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves
Vogal Executivo	Susana Maria Florença Pinto Correia
Vogal Executivo	Duarte Leovigildo de Faria Sousa
Vogal Não Executivo	Ricardo Nuno Pestana de Abreu
Vogal Não Executivo	Donato Filipe Fernandes de Gouveia
FISCAL ÚNICO	
BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	
representado por Dr. ^o António José Correia de Pina Fonseca ROC n.º 949	

Visão, Missão e Valores



Missão

“Prestar o melhor serviço de mobilidade às pessoas, com qualidade e pontualidade, na sua área de atuação”



Visão

“Ser a melhor empresa de transportes públicos interurbanos de passageiros do País na Mobilidade, na Rentabilidade e nos Recursos Humanos.”



Valores

Criar um ambiente de valorização e desenvolvimento profissional, onde a cada colaborador lhe seja dado a oportunidade de explorar a sua criatividade e experiência pessoal, com o objetivo de criar valor às atividades do dia-a-dia, contribuindo assim para a melhoria contínua dos processos de inovação da CCSG

Inovação

Agir com iniciativa e inovação para acrescentar valor aos serviços de transporte público coletivo de passageiros de âmbito local, e regional, afirmando-se como alternativa ao transporte individual.

Incentivar a procura e partilhar o conhecimento com o objetivo de desenvolver soluções que envolvam a experiência e resultados na área da mobilidade, tanto tecnologicamente como a nível organizacional.

Participação ativa de todos com quem trabalhamos, nos projetos de investigação e desenvolvimento, nas áreas das tecnologias de informação, em iniciativas nacionais e internacionais e que para isso, contamos com o conhecimento e experiência de mais de 30 anos dos nossos colaboradores altamente qualificados, de modo a permitir oferecer e adotar soluções à altura dos desafios impostos pelos nossos clientes.

Responsabilidade Social

É preocupação da CCSG, incentivar e responder às necessidades em mobilidade, com cariz social, económico e ambiental, promovendo e protegendo o direito ao trabalho, quer em matéria profissional quer familiar. Defendendo a igualdade no trabalho e no emprego, garantindo o bem-estar dos seus colaboradores tanto em direitos humanos como em igualdade de oportunidades.

Garantir a transparência, isenção e rigor nos negócios e na informação prestada a todos os intervenientes desde fornecedores, clientes, instituições financeiras e colaboradores.

Adotar e promover procedimentos ambientais em todas as áreas onde somos socialmente responsáveis.

Princípios e Valores

A CCSG tem como princípios da sua missão, o desenvolvimento sustentável, os valores e compromissos do Pacto Mundial das Nações Unidas, nomeadamente:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Conduta ética;
- Cumprimento da lei e da outra regulamentação aplicável à atividade;
- Respeito pelas convenções e declarações reconhecidas internacionalmente;
- Respeito pelas partes interessadas;
- Responsabilização;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Integração dos aspetos da responsabilidade social no sistema de gestão integrado;
- Atuação com transparência em todas as relações internas e externas.

A CCSG, na sua atividade, tem como valores:

- Excelência;
- Qualidade;
- Inovação;
- Rigor;
- Sustentabilidade.

Os valores pelos quais a Empresa se pauta, encontram-se consagrados no Código de Ética da empresa mãe, Horários do Funchal, S.A, constituindo uma referência fundamental para o desempenho da Empresa e dos seus colaboradores, bem como para o seu relacionamento social, institucional e ambiental.

Deveres e obrigações dos passageiros

- 1) O acesso aos serviços de transporte rodoviário regular de passageiros implica o cumprimento por parte dos passageiros do disposto nas presentes Condições Gerais e na demais legislação aplicável.
- 2) Nos termos do número anterior, os passageiros estão impedidos, designadamente, de:
 - a) Viajar sem título de transporte válido;
 - b) Recusar apresentar aos agentes de fiscalização ou aos motoristas o seu título de transporte, sempre que solicitado;
 - c) Utilizar título de transporte que não lhe pertença;
 - d) Entrar ou sair do autocarro fora das paragens;
 - e) Ocupar os lugares reservados a pessoas com mobilidade reduzida, grávidas e pessoas com crianças de colo, exceto se os mesmos não forem manifestamente necessários para o efeito;
 - f) Projeitar para o exterior do veículo quaisquer objetos;
 - g) Subtrair, ou desviar os acessórios de segurança, como o martelo de emergência, cintos, autocolantes e outros, fixados na carroçaria para o fim a que se destinam;
 - h) Colocar nos locais, para tal reservados, volumes que, pelo seu conteúdo, natureza ou forma, possam cair ou perturbar os outros passageiros em caso de choque, paragem brusca ou outras causas;
 - i) Colocar volumes pesados ou sujos sobre os bancos ou apoiar os pés sobre os mesmos;
 - j) Desrespeitar a sinalética no interior do autocarro;
 - k) Desempenhar qualquer atividade, oferecer, ou promover, a prestação de qualquer serviço, próprio ou alheio, no interior dos autocarros, sem prévia autorização da CCSG;
 - l) Fazer peditórios, organizar coletas, recolher assinaturas ou realizar inquéritos sem autorização da CCSG;
 - m) Transportar animais de companhia ou de assistência em violação das condições estabelecidas na lei e nas presentes Condições Gerais;
 - n) Pendurar-se em qualquer dos acessórios do autocarro;
 - o) Proceder a qualquer espécie de publicidade e distribuir ou afixar cartazes, panfletos ou outras publicações sem autorização da CCSG;
 - p) Transportar armas, salvo se estiverem devidamente acondicionadas nos termos da legislação aplicável, ou tratando-se de agentes de autoridade;

- q) Transportar matérias explosivas, incluindo material pirotécnico, substâncias facilmente inflamáveis, corrosivas ou radioativas;
 - r) Transportar volumes que, pela sua natureza, forma, dimensão ou cheiro, possam causar incómodo aos outros passageiros ou danificar o material circulante;
 - s) Utilizar aparelhos sonoros ou fazer barulho de forma a incomodar os outros passageiros;
 - t) Praticar atos ou proferir expressões que perturbem a boa ordem dos serviços ou incomodem os outros passageiros;
 - u) Entrar nos autocarros quando a lotação estiver esgotada;
 - v) Viajar em condições de manifesta falta de higiene ou sob influência do álcool ou substâncias psicotrópicas;
 - w) Fumar ou usar cigarros eletrónicos;
 - x) Ingerir bebidas e/ou consumir alimentos a bordo.
- 3) Os passageiros devem respeitar as instruções dadas pelos agentes de fiscalização ou pelo motorista, no âmbito do exercício das suas funções.
 - 4) Os agentes encarregues da fiscalização ou o motorista, podem recusar a admissão de passageiros nos serviços de transporte ou determinar a sua saída do autocarro, caso se verifique qualquer das situações elencadas na alínea 2), atrás descrita, e em caso de incumprimento dessa determinação, recorrer à força de segurança pública competente.
 - 5) Quando, nos termos do número anterior, a atuação se dirigir a crianças deverá recorrer-se à força de segurança pública competente.
 - 6) Os passageiros cuja saída seja determinada nos termos da alínea 4) não têm direito a qualquer reembolso do preço do título de transporte.

Direitos dos passageiros

Os passageiros têm os direitos constantes da legislação que estiver em vigor, cujos aspetos mais relevantes se encontram refletidos nos compromissos assumidos pela CCSG, através do cumprimento das condições de transporte em vigor, nomeadamente:

- a) Direito ao transporte: prestação do serviço de transporte com segurança e qualidade;
- b) Direito à não discriminação dos passageiros: no que se refere às condições de transporte oferecidas pela CCSG;
- c) Direito à assistência: assistência a todos os passageiros, sempre que tal se justifique, nomeadamente às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive as mulheres grávidas, idosos e pessoas com crianças, assim como, condições de acessibilidade nos autocarros;
- d) Direito à informação: informações claras e corretas sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço;
- e) Direito a reembolso do título de transporte: nos casos de cancelamento ou atraso à partida superior a 90 minutos, por questões imputáveis à CCSG, nos termos legais e definidos nas presentes Condições Gerais;
- f) Direito a indemnização: nos termos legais, designadamente, por danos patrimoniais e não patrimoniais, devidamente comprovados.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Mudar e melhorar os serviços com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade da CCSG, nomeadamente:

1. Promover um serviço focado ao Cliente;
2. Modernizar e qualificar a empresa;
3. Potenciar a eficiência e sustentabilidade.

INDICADORES RELEVANTES



INDICADORES RELEVANTES

DESCRIÇÃO	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
EXPLORAÇÃO					
N.º de Viaturas	65	77	88	- 12	- 15,6%
Passageiros Transportados	991.733	872.713	1.472.721	+ 119.020	+ 13,6%
Total de Km	1.609.360	1.570.746	1.720.109	+ 38.614	+ 2,5%
Total de Viagens + Serviços	57.818	57.330	59.580	+ 488	+ 0,9%
RECURSOS HUMANOS					
Exploração	62	63	67	- 1	- 1,6%
Administrativos	1	2	2	- 1	- 50,0%
N.º de Efetivos	63	65	69	- 2	- 3,1%
Efetivos / Viatura	0,97	0,84	0,78	+ 0,13	+ 14,8%

DESCRIÇÃO	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
ESTRUTURA PATRIMONIAL					
Ativo não Corrente	4.453.079	1.756.619	2.000.463	+ 2.696.460	+ 153,5%
Ativo Corrente	2.594.355	1.265.275	1.311.079	+ 1.329.080	+ 105,0%
Total do Ativo	7.047.435	3.021.895	3.311.541	+ 4.025.540	+ 133,2%
Capital Próprio	3.056.572	-107.629	2.296.626	+ 3.164.201	+ 2.939,9%
Passivo não Corrente	0	0	0	0	n.a.
Passivo Corrente	3.990.863	3.129.524	1.014.915	+ 861.339	+ 27,5%
Total do Passivo	3.990.863	3.129.524	1.014.915	+ 861.339	+ 27,5%

Valores em euros.

DESCRIÇÃO	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
INDICADORES FINANCEIROS					
Volume de negócios	1.927.439	1.528.335	2.523.176	+ 399.104	+ 26,1%
Rendimentos operacionais	4.888.696	3.065.425	3.724.292	+ 1.823.271	+ 59,5%
Gastos Operacionais	5.134.855	4.644.547	4.181.075	+ 490.308	+ 10,6%
Taxa cobertura (%)	95,21	66,00	89,07	+ 29,21 p.p.	+ 44,3%
EBITDA	-244.657	-1.413.414	-320.475	+ 1.168.756	+ 82,7%
Resultado Líquido	-335.799	-1.577.452	-486.821	+ 1.241.653	+ 78,7%

Valores em euros.

RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento

A generalidade dos indicadores estatísticos, relativos ao ano de 2022, mostra uma evolução positiva quando feita a comparação em termos homólogos.

O crescimento da atividade económica na Região, é evidenciada pelos aumentos verificados em grande parte dos indicadores económicos e traduzida igualmente pelo desempenho do Indicador Regional de Atividade Económica, que agora apresenta uma tendência de crescimento, mas desacelerando, entre julho e setembro de 2022.

Em termos de média anual, em 2022, a taxa de desemprego na RAM foi de 6,2%, valor inferior em 1,1 p.p. face ao ano anterior. Isto só foi possível devido às grandes medidas de combate ao desemprego criadas e implementadas pelo Governo Regional da Madeira.

Em 2022, a variação média registada pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) nos últimos doze meses, foi de 5,6%, valor mais elevado desde 1995, como consequência da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

No que diz respeito ao Turismo, sector core da RAM, em termos acumulados, o ano de 2022, o número de dormidas aumentou 38,7% face a 2021, e 24,2% face ao ano de 2019. Portanto, foi um ano muito bom para este setor.

Riscos associados à atividade

Os principais riscos da empresa com maior probabilidade de ocorrência e impacto, por tipos de riscos, são os seguintes:

Riscos Económicos:

- Dinâmica da procura por serviços de transportes públicos;
- Aumento do preço de custo de peças oficiais;
- Inovação tecnológica;
- Novas formas de trabalho com implicações na procura;
- Volatilidade dos mercados;
- Alterações legais;
- Alterações regulamentares europeias e nacionais.

Riscos Financeiros:

- Aumentos de preços de combustíveis, eletricidade;
- Aumento das taxas de juros;

- Risco de financiamento;
- Risco de liquidez.

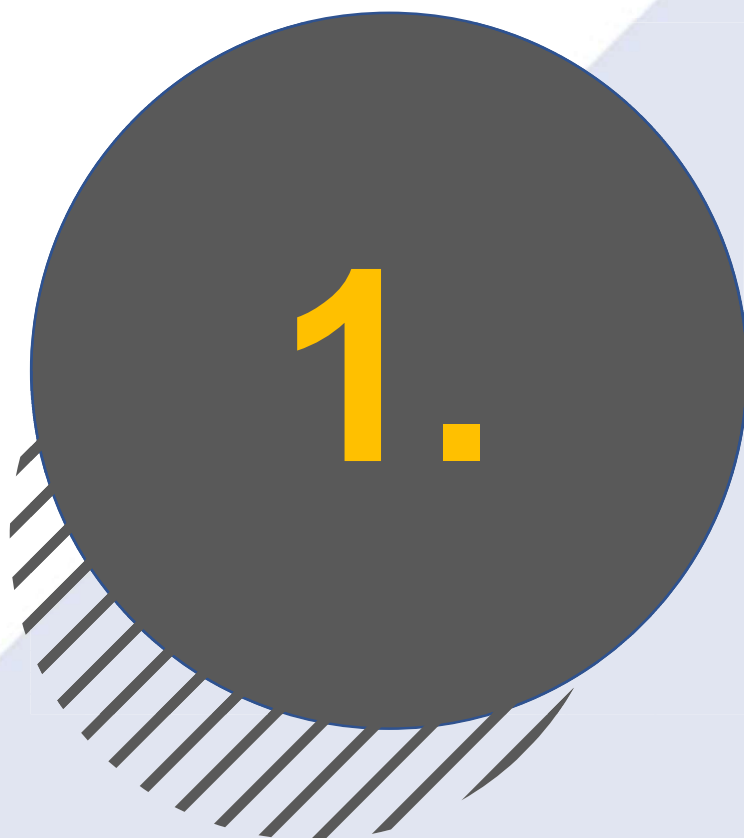
Riscos Operacionais:

- Cibersegurança;
- Corrupção;
- Segurança das pessoas;
- Falhas de sistemas;
- Proteção de dados.

Riscos Jurídicos:

- Cumprimento com todas as normas legais afetas à operação da empresa;

EXPLORAÇÃO



1. EXPLORAÇÃO

1.1. Oferta

1.1.1. Serviço Interurbano

Considerando que os efeitos negativos da pandemia tiveram menos impacto ao longo de 2022, verificou-se uma normalização da oferta do serviço regular. O número de viagens realizadas atingiu o número de 56.646, mais 431 viagens (+0,8%) que em 2021. Com o aumento da oferta, todos os indicadores variaram no mesmo sentido, percorrendo um total de 1.522.702 quilómetros, um aumento de 27.212 (+1,8%) face ao ano anterior.

Quadro 1 - Oferta Serviço Interurbano

OFERTA INTERURBANA	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Viagens Realizadas	56.646	56.215	56.308	+ 431	+ 0,8%
Viagens Não Realizadas	36	549	27	- 546	- 99,5%
Taxa de Cumprimento (%)	99,94	99,03	99,95	+ 0,91 p.p.	+ 0,9%
Viagens Atrasadas	33	3	7	+ 7	+ 233,3%
Taxa de Pontualidade (%)	99,94	99,99	99,99	- 0,05 p.p.	-0,1%
Quilómetros úteis [4] (km)	1.376.317	1.367.281	1.374.152	+ 9.036	+ 0,7%
Quilómetros em vazio [5] (km)	146.385	128.209	129.165	+ 18.176	+ 14,2%
Total de quilómetros [6] (km)	1.522.702	1.495.490	1.503.317	+ 27.212	+ 1,8%
Quilómetros úteis [4]/[6] (%)	90,39	91,43	91,41	- 1,04 p.p.	- 1,1%
Quilómetros em vazio [5]/[6] (%)	9,61	8,57	8,59	+ 1,04 p.p.	+ 12,1%
Lotação Média	59	49	59	+ 10	+ 20,3%
LKO	81.202.679	67.063.365	81.074.997	+ 14.139.314	+ 21,1%

LKO - lugares por quilómetro oferecidos; p.p. - pontos percentuais.

1.1.2. Serviço de Alugueres

O serviço de alugueres apresentou valores aproximados aos verificados no ano pré pandemia, no entanto, com a aquisição de uma frota direcionada a este setor pela empresa-mãe, a atividade foi assumida em pleno pela HF no início do 4º trimestre de 2022. Ainda assim, foram realizados mais 57 serviços que em 2021 (+5,1%). O ano de 2022 foi o último ano da CCSG enquanto prestador de serviços de alugueres.

Quadro 2 - Oferta Serviço de Alugueres

OFERTA ALUGUERES	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Serviços Realizados	1.172	1.115	3.272	+ 57	+ 5,1%
Quilómetros úteis [1] (km)	70.780	62.870	180.411	+ 7.910	+ 12,6%
Quilómetros em vazio [2] (km)	15.878	12.386	36.381	+ 3.492	+ 28,2%
Total de quilómetros [3] (km)	86.658	75.256	216.792	+ 11.402	+ 15,2%
Quilómetros úteis [1]/[3] (%)	81,68	83,54	83,22	- 1,86 p.p.	- 2,2%
Quilómetros em vazio [2]/[3] (%)	18,32	16,46	16,78	+ 1,86 p.p.	+ 11,3%
Lotação Média	48	47	50	+ 1	+ 1,9%
LKO	3.381.672	2.947.435	8.959.552	+ 434.237	+ 14,7%

LKO - lugares por quilómetro oferecidos; p.p. - pontos percentuais.

1.2. Procura

1.2.1. Serviço Interurbano

Do lado da procura, no serviço interurbano, o número de passageiros transportados aumentou 16,3%. Apesar de o serviço apresentar uma tendência crescente, ainda ficou aquém dos registos de 2019.

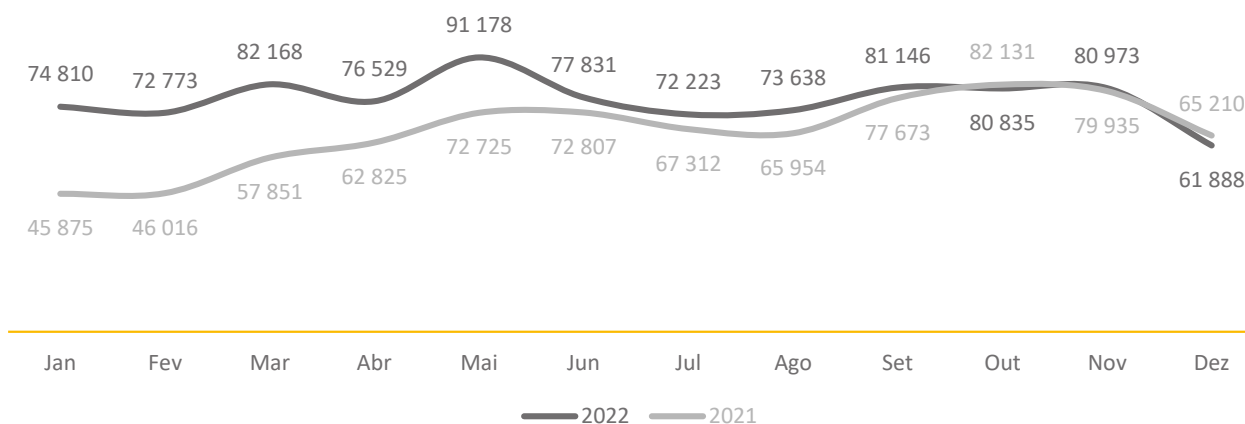
Quadro 3 - Procura Serviço Interurbano

PROCURA INTERURBANA	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Passageiros transportados	925.992	796.314	1.098.620	+ 129.678	+ 16,3%
Percurso médio p/ passageiro (km)	18,64	18,64	18,64	0,00	0,0%
PKT	17.260.491	14.843.293	20.478.277	+ 2.417.198	+ 16,3%
Taxa de ocupação (%)	21,26	22,13	25,26	- 0,87 p.p.	- 3,9%

PKT - passageiros por quilómetro transportados; p.p. - pontos percentuais.

Como podemos verificar no gráfico em baixo, o número de passageiros transportados no ano 2022 só foi inferior a 2021 nos meses de outubro e dezembro.

Gráfico 1 – Passageiros Transportados Serviço Interurbano



1.2.2. Serviço de Alugueres

Durante ao ano de 2022, foram transportados 65.741 passageiros, menos 14% que em 2021, no entanto foi gerada uma receita superior ao ano anterior, no valor de €40.020 (+18,9%).

Quadro 4 - Procura Serviço de Alugueres

PROCURA ALUGUERES	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Passageiros transportados	65.741	76.399	374.101	- 10.658	- 14,0%
Percurso médio p/ passageiro (km)	41,79	26,64	19,66	15,15	+ 56,9%
PKT	2.747.126	2.035.168	7.354.158	+ 711.959	+ 35,0%
Taxa de ocupação (%)	81,24	69,05	82,08	+ 12,19 p.p.	+ 17,7%
Receita (€)	251.305	211.285	664.607	+ 40.020	+ 18,9%

PKT - passageiros/quilómetro transportados; p.p. - pontos percentuais.

1.3. Fiscalização

De modo a garantir um serviço seguro e fiável, foram mantidas as atividades de fiscalização no serviço interurbano, atividades estas que continuaram bastante afetadas pela pandemia.

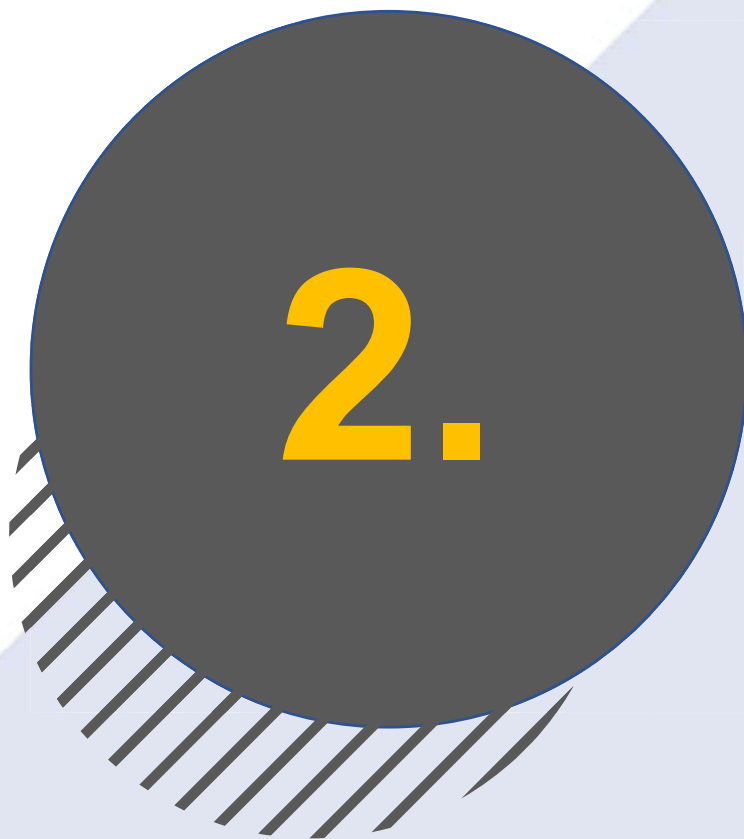
No total foram fiscalizados 30.331 passageiros, no decorrer de 4.002 viagens, o que representa uma taxa de fiscalização de 3,28% e 7,06% respetivamente. No total foram detetadas 13 infrações.

Quadro 5 - Fiscalização

FISCALIZAÇÃO	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Viagens Fiscalizadas	4.002	3.681	7.306	+ 321	+ 8,7%
% de Viagens Fiscalizadas	7,06	6,55	12,98	+ 0,51 p.p.	+ 7,8%
Passageiros Fiscalizados	30.331	28.999	64.258	+ 1.332	+ 4,6%
% de Passageiros Fiscalizados	3,28	3,64	5,85	- 0,36 p.p.	- 9,9%
Fraudes	13	1	4	+ 12	+ 1.200,0%
% de Fraudes	0,04	0,00	0,01	+ 0,04 p.p.	n.a.

p.p. - pontos percentuais.

RECURSOS HUMANOS



2. RECURSOS HUMANOS

2.1. Efetivo

No final de 2022, a CCSG totalizava 63 colaboradores, menos 2 que no ano anterior, devido a uma saída por reforma e outra por extinção do posto de trabalho. Do total de colaboradores, o número de motoristas correspondia a 95% de todo o efetivo.

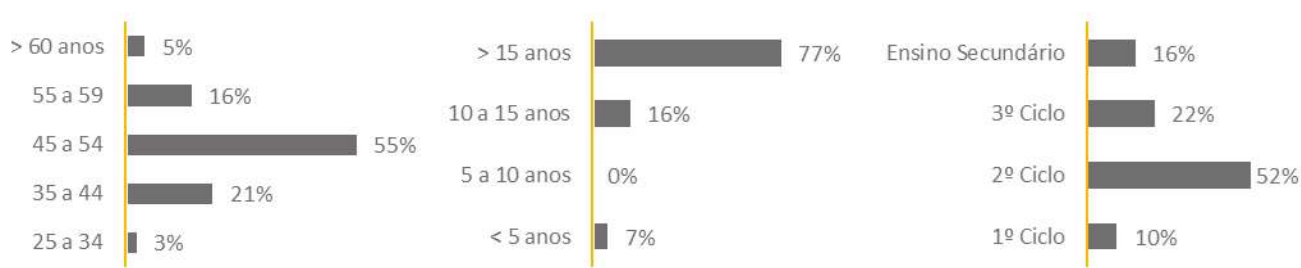
Quadro 6 - Efetivo

EFETIVO	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Administrativos	1	2	2	- 1	- 50,0%
Chefias	1	1	1	0	0,0%
Outros	0	1	1	- 1	- 100,0%
Exploração	62	63	67	- 1	- 1,6%
Motoristas	59	60	64	- 1	- 1,7%
Formador	1	1	1	0	0,0%
Expedidor	2	2	2	0	0,0%
Total	63	65	69	- 2	- 3,1%

2.2. Caracterização dos Recursos Humanos

Relativamente à caracterização do efetivo, como podemos observar nos gráficos seguintes, verifica-se uma predominância na faixa etária dos 45 a 54 anos (55%). A maior parte dos colaboradores faz parte dos quadros da empresa há mais de 15 anos (77%) e cerca de metade (52%) tem apenas o 2º ciclo de escolaridade.

Gráfico 2 - Indicadores Demográficos - Idade (esquerda), Antiguidade (meio) e Escolaridade (direita)



2.3. Gastos com o Pessoal

Nos Gastos com o Pessoal, verificou-se um aumento, mais €310.070 (+19,7%) que em 2021, que se justifica, em grande parte, pelo aumento do trabalho suplementar, decorrente da normalização da oferta dos serviços prestados.

Quadro 7 - Gastos com o Pessoal

GASTOS COM O PESSOAL	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Vencimento base	644.600	656.227	645.425	- 11.627	- 1,8%
Horas extras	257.371	118.157	241.911	+ 139.214	+ 117,8%
Outros	981.000	798.517	838.945	+ 182.483	+ 22,9%
Total	1.882.971	1.572.901	1.726.281	+ 310.070	+ 19,7%

Valores em euros.

2.4. Trabalho Suplementar

O trabalho suplementar, aumentou face ao ano de 2021, em 10.592 horas (+89,7%), atingindo os valores de referência pré pandemia. Assim, a taxa de trabalho suplementar, aumentou para 19,01%, mais 9,31 pontos percentuais.

Quadro 8 - Trabalho Suplementar

TRABALHO SUPLEMENTAR	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Exploração	22.395	11.804	22.079	+ 10.592	+ 89,7%
Administrativos	25	0	277	+ 25	n.a.
Total	22.420	11.804	22.356	+ 10.617	+ 89,9%
Taxa de Trabalho Suplementar (%)	19,01	9,70	18,40	+ 9,31 p.p.	+ 96,0%

p.p. - pontos percentuais.

2.5. Absentismo

O absentismo apresentou variações significativas, mais 4.204 horas (+41,8%) do que no ano anterior.

Conforme podemos verificar no quadro seguinte, a taxa de absentismo situa-se nos 12,09%, mais 3,83 pontos percentuais que em 2021. Se não considerarmos as ausências causadas por baixas, doenças e Covid-19, a taxa de absentismo, em 2022, é de 5,10%.

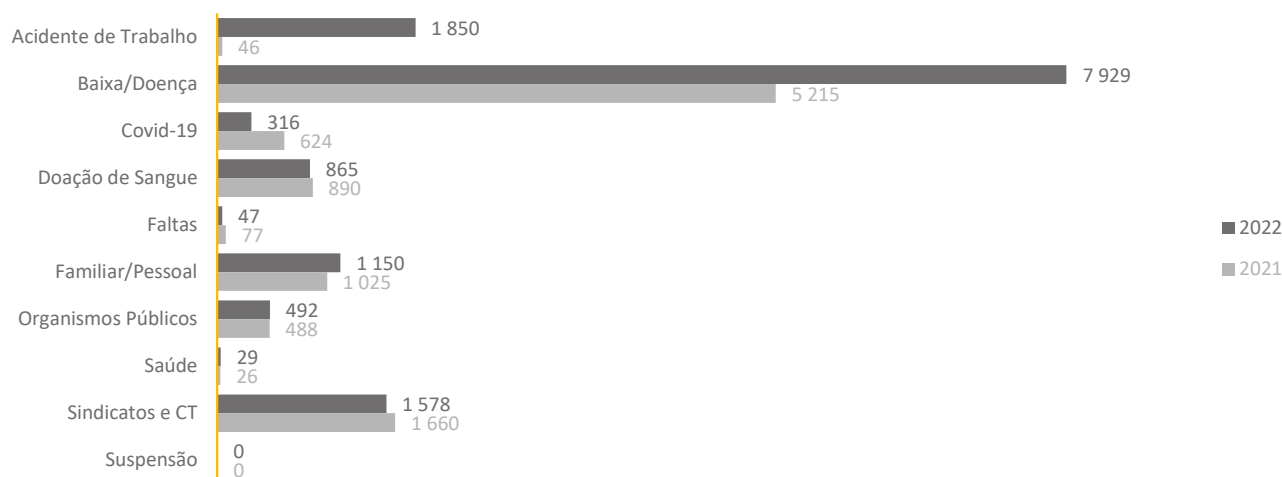
Quadro 9 - Absentismo

ABSENTISMO	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Horas de Absentismo	14.255	10.051	12.158	+ 4.204	+ 41,8%
Taxa de Absentismo Real (%)	12,09	8,26	10,01	+ 3,83 p.p.	+ 46,4%
Taxa de Absentismo excluindo baixas (%)	5,36	5,72	3,80	- 0,36 p.p.	- 6,3%
Taxa de Absentismo excluindo baixas e Covid-19 (%)	5,10	3,46	3,89	+ 1,64 p.p.	+ 47,4%

p.p. - pontos percentuais.

Conforme é visível no gráfico seguinte, grande parte do absentismo deve-se, essencialmente, a baixas e/ou doenças, sensivelmente 56%.

Gráfico 3 - Classificação do Absentismo



2.6. Formação Profissional

No decorrer do ano de 2022, a CCSG continuou a política de formação profissional dos seus colaboradores. Registrando um aumento do número de horas de formação em 871 horas (+275,6%), face a 2021, cumprindo o Plano de Formação Profissional delineado no início do ano, que contou com 23 cursos lecionados no âmbito da condução e certificação dos motoristas.

Quadro 10 - Formação Profissional

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Total de Horas de Formação	1.187	316	837	+ 871	+ 275,6%
N.º de Cursos	23	6	6	+ 17	+ 283,3%
N.º de Formandos	130	30	21	+ 100	+ 333,3%

n.a. - não aplicável.

2.7. Acidentes de Trabalho

No que diz respeito à segurança no trabalho, registaram-se 2 acidentes, mais 1 que em 2021, o que se traduziu em 298 dias de trabalho perdidos, representando um acréscimo de 293 dias, relativamente ao período homólogo.

Tendo em conta a evolução dos acidentes de trabalho e respetivas repercussões, compreende-se que os indicadores abaixo sejam desfavoráveis.

Quadro 11 - Acidentes de Trabalho

ACIDENTES DE TRABALHO	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
N.º de Acidentes	2	1	2	+ 1	+ 100,0%
Dias Perdidos	298	5	67	+ 293	+ 5.860,0%
Trabalhadores	63	65	69	- 2	- 3,1%
Horas Trabalhadas	126.101	123.433	134.789	+ 2.668	+ 2,2%
Índice de Frequência	1,59	0,81	1,48	+ 0,78 p.p.	+ 96,3%
Índice de Gravidade	236,32	4,05	49,71	+ 232,27 p.p.	+ 5.735,1%
Índice de Avaliação de Gravidade	148,63	5,00	33,59	+ 143,63 p.p.	+ 2.872,6%
Índice de Incidência	3,17	1,54	2,90	+ 1,63 p.p.	+ 105,8%

Índice de Frequência: número de acidentes por 100.000 horas trabalhadas; Índice de Gravidade: número de dias perdidos por 100.000 horas trabalhadas; Índice de Avaliação de Gravidade: número médio de dias perdidos por acidente; Índice de Incidência: número de acidentes por 100 colaboradores; p.p. - pontos percentuais.

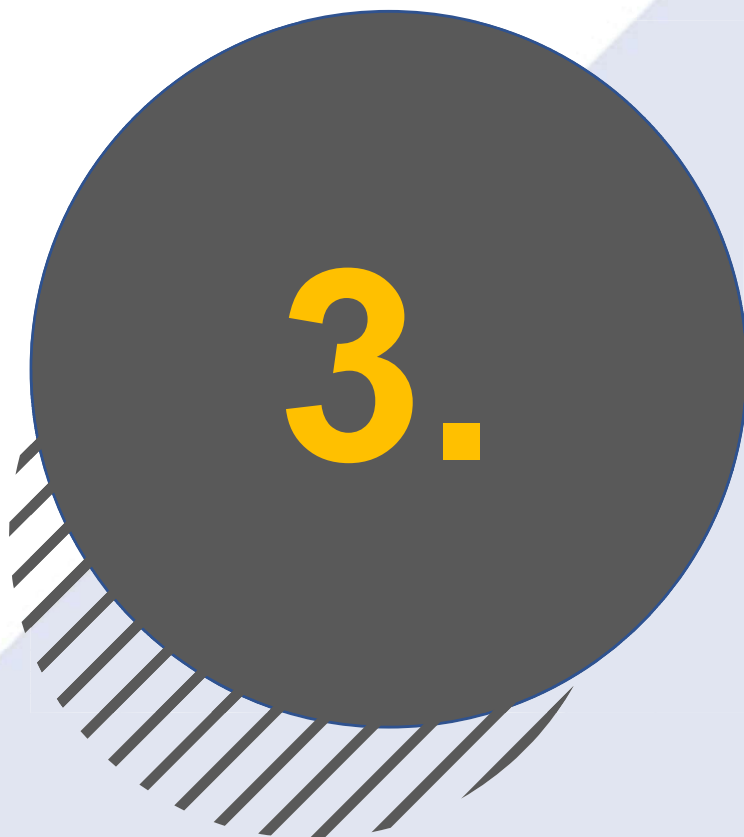
2.8. Posto Clínico

De forma a garantir o bom estado de saúde dos colaboradores, foram mantidas as consultas e exames médicos, tendo sido realizados um total de 131 exames/consultas, mais 31 que em 2021 (+31%).

Quadro 12 - Posto Clínico

POSTO CLÍNICO	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Exames Médicos Periódicos	42	41	38	+ 1	+ 2,4%
Exames Médicos de Admissão	0	0	1	0	n.a.
Consultas de Medicina Curativa	75	55	0	+ 20	+ 36,4%
Consultas após doença	2	2	0	0	0,0%
Consultas após Acidente de Trabalho	7	0	0	+ 7	n.a.
Consultas a pedido de colaborador	1	0	0	+ 1	n.a.
Consultas a pedido de serviço	4	2	0	+ 2	+ 100,0%
Total	131	100	39	+ 31	+ 31,0%

MANUTENÇÃO



3. MANUTENÇÃO

3.1. Frota

A frota da CCSG sofreu uma redução considerável, tendo agora 65 viaturas para o serviço interurbano. Isto porque as viaturas do serviço de alugueres, fazem agora parte da frota da HF, pois a empresa-mãe assumiu a totalidade da operação deste serviço.

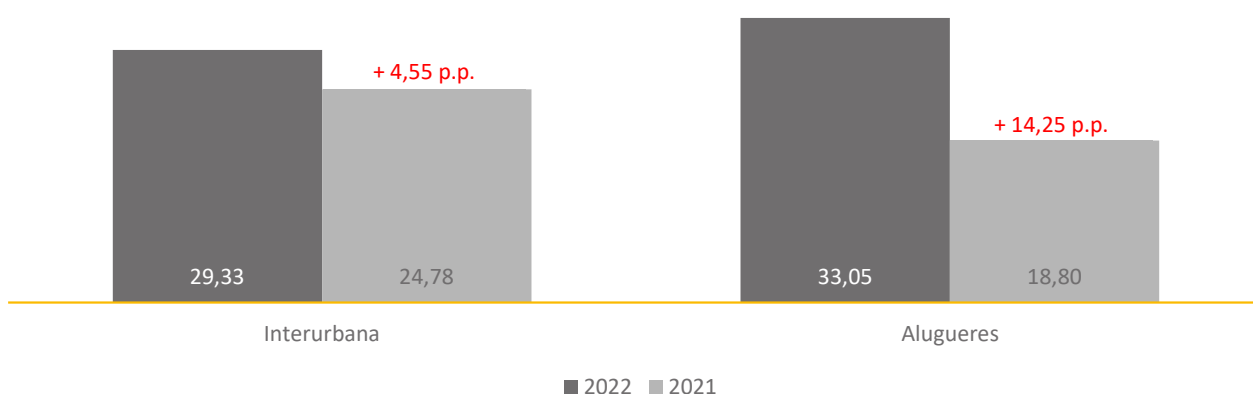
Quadro 13 - Frota

FROTA	2022		2021		2019		Variação 2022/2021	
	Quant.	Idade Média	Quant.	Idade Média	Quant.	Idade Média	Absoluta	%
Interurbana	65	27,42	62	27,45	59	27,92	+ 3,00	+ 4,8%
Alugueres	0	0,00	15	20,20	29	18,79	- 15,00	- 100,0%
Total	65	27,42	77	26,04	88	24,91	- 12,00	- 15,6%

3.2. Taxa de Imobilização

A taxa de imobilização do serviço interurbano aumentou 4,55 pontos percentuais, situando-se agora nos 29,33%, o que indica que estiveram, em média, 20 autocarros imobilizados diariamente durante o ano. Na frota de alugueres, até setembro, a taxa fixou-se nos 33,05%, o que representa um aumento de 14,25 pontos percentuais.

Gráfico 4 - Taxa de Imobilização



3.3. Manutenção Preventiva

A nível da manutenção preventiva, foram realizadas 158 revisões com um custo total de €98.385.

Quadro 14 - Manutenção Preventiva

MANUTENÇÃO PREVENTIVA	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Nº de Revisões	158	269	263	- 111	- 41,3%
Mão de Obra (€)	61.376	60.768	57.839	+ 608	+ 1,0%
Material (€)	33.845	21.656	25.630	+ 12.188	+ 56,3%
Serviços Externos (€)	3.164	0	0	+ 3.164	n.a.
Custo Total (€)	98.385	82.425	83.469	+ 15.960	+ 19,4%

3.4. Custo de Manutenção

Com o aumento do custo da manutenção (+3%) e do combustível (+26,9%), derivados da inflação registada ao longo do ano, leva a que o custo por quilómetro tenha atingido o valor de €1,44, mais 17 cêntimos que em 2021 (+13,4%).

Quadro 15 - Custo total de Manutenção

CUSTOS MANUTENÇÃO TOTAL	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Nº de Obras	2.040	2.586	2.376	- 546	- 21,1%
Mão de Obra (€)	534.759	495.107	404.839	+ 39.652	+ 8,0%
Material (€)	563.195	572.124	467.814	- 8.929	- 1,6%
Serviços Externos (€)	35.148	33.007	26.989	+ 2.141	+ 6,5%
Total Manutenção (€)	1.133.102	1.100.238	899.643	+ 32.864	+ 3,0%
Gasóleo (€)	1.170.974	922.650	931.615	+ 248.324	+ 26,9%
Manutenção e Combustível (€)	2.304.076	2.022.888	1.831.258	+ 281.187	+ 13,9%
Quilómetros	1.603.927	1.596.453	1.762.559	+ 7.474	+ 0,5%
Custo/Km (€)	1,44	1,27	1,04	+ 0,17	+ 13,4%

ENGENHARIA E PRODUÇÃO



4.

4. ENGENHARIA E PRODUÇÃO

4.1. Lavagem de Viaturas

As viaturas são lavadas diariamente, interior e exterior, de forma a prestar serviços com qualidade e higiene.

O número de lavagens na frota interurbana reduziu face ao ano de 2021, menos 940 lavagens (-13,4%). Relativamente à frota de alugueres, a diminuição de 486 lavagens (-47,1%) deve-se, essencialmente, ao facto de o serviço de alugueres ser responsabilidade da empresa-mãe a partir do 4º trimestre.

Quadro 16 - Lavagem de Viaturas

LAVAGEM DE VIATURAS	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Frota Interurbana	6.082	7.022	5.818	- 940	- 13,4%
Frota Alugueres	546	1.032	4.031	- 486	- 47,1%
Total	6.628	8.054	9.849	- 1.426	- 17,7%

Há que salientar que, para proteger os seus clientes, a CCSG continua a desinfetar os autocarros, com elevada frequência, tendo em conta a durabilidade dos produtos utilizados.

4.2. Emissões de CO₂

Dado ao aumento de combustível já mencionado, verificou-se um aumento no consumo de TEP's e na produção de CO₂, na mesma proporção de 3,3%. Ainda assim, as emissões de CO₂ por passageiro e por quilómetro, praticamente não sofreram alteração face ao ano de 2021.

Quadro 17 - Emissões de CO₂

EMISSIONES DE CO ₂	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Consumo Gasóleo	960.965	929.853	1.025.537	+ 31.111	+ 3,3%
TEP*	839	811	895	+ 27	+ 3,3%
Emissões (Ton. de CO ₂)	2.598	2.514	2.772	+ 84	+ 3,3%
Emissões por passageiro (Kg de CO ₂)	2,62	2,88	1,88	- 0,26	- 9,0%
Emissões por Km percorrido (Kg de CO ₂)	1,62	1,57	1,57	+ 0,05	+ 3,2%

*Tonelada equivalente de petróleo.

LOGÍSTICA



5.

5. LOGÍSTICA

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. – CCSG – no cumprimento do quadro legal é uma Entidade Adjudicante ao abrigo do artigo 2º, n.º 2 CCP.

Em 2022, a CCSG aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico e demais legislação de adaptação do CCP à Região, nomeadamente o Decreto-Legislativo Regional nº 34/2008 de 14 de agosto de 2008, com as recentes alterações pelo Decreto Legislativo Regional nº 6/2018/M de 15 de março.

Para a contratação pública inserida no âmbito do regime especial dos transportes, com valores abaixo dos limiares comunitários, por aplicação da alínea c) do nº 1 do artigo 9.º, artigo 11.º a contrário e artigo 12.º, todos do CCP, e que, como tal não tem aplicação a parte II do referido Código, foram aplicadas o Regulamento de Aquisições de Bens e de Serviços e de Realização de Empreitadas (RARE).

A CCSG, não possui os serviços de apoio habituais a uma operadora de transporte público, nomeadamente serviços de aprovisionamento. Para tal socorre-se nesta área, bem como todas as outras atividades que não a sua prestação do serviço ao cliente final nomeadamente serviços administrativos e de manutenção, aos serviços disponibilizados pela HF.

Desta forma é a HF que trata da logística da CCSG, faturando a esta a prestação dos seus serviços.

Os únicos fornecedores relevantes da CCSG são a HF e a CBK Madeira.

O novo regime jurídico dos transportes aconselhava prudência em matéria de investimentos. Desta forma a empresa optou por não efetuar qualquer investimento relevante em 2022.

COMERCIAL



6.

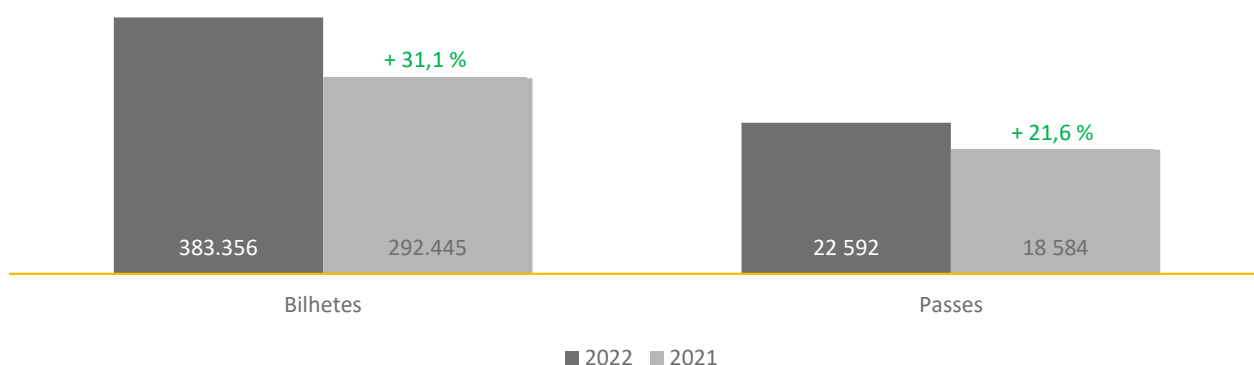
A large dark gray circle with a thin blue outline. Inside the circle is a large yellow number '6' followed by a yellow period. The circle is positioned over a light blue diagonal background. At the bottom left of the circle, there is a semi-circular area with black diagonal hatching.

6. COMERCIAL

6.1. Receita do Serviço Interurbano

No seguimento da evolução da oferta e da procura já enunciadas, registaram-se variações positivas na venda de títulos de transporte, tendo sido vendidos 383.356 bilhetes e 22.592 passes, o que representa aumentos de 31,1% e 21,6% respetivamente. Importa ressaltar que o número de passes ultrapassou o valor registado em 2019.

Gráfico 5 - Títulos de Transporte Vendidos



Em termos de receita, verificámos um aumento de €425.612 (+33,7%), sendo que o título que mais contribuiu para este aumento foi “Bilhetes de Bordo”, o que está correlacionado com a evolução do turismo na Região.

Quadro 18 - Receita Serviço Interurbano

RECEITA	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Bilhetes	976.817	666.130	1.058.460	+ 310.687	+ 46,6%
Bordo	953.029	662.924	1.051.101	+ 290.105	+ 43,8%
Pré-comprados e Multidias	19.997	3.206	3.436	+ 16.791	+ 523,8%
Eventuais	3.791	0	3.923	+ 3.791	n.a.
Passes	711.412	596.487	789.248	+ 114.925	+ 19,3%
Social	484.320	410.657	515.323	+ 73.663	+ 17,9%
Sénior/Invalidez	56.715	44.479	46.411	+ 12.235	+ 27,5%
Pensionista/Antigo Combatente	28.171	23.604	13.150	+ 4.566	+ 19,3%
Estudante/Criança	127.242	109.999	204.907	+ 17.243	+ 15,7%
Sub23	14.964	7.747	9.458	+ 7.217	+ 93,2%
Total	1.688.229	1.262.617	1.847.708	+ 425.612	+ 33,7%

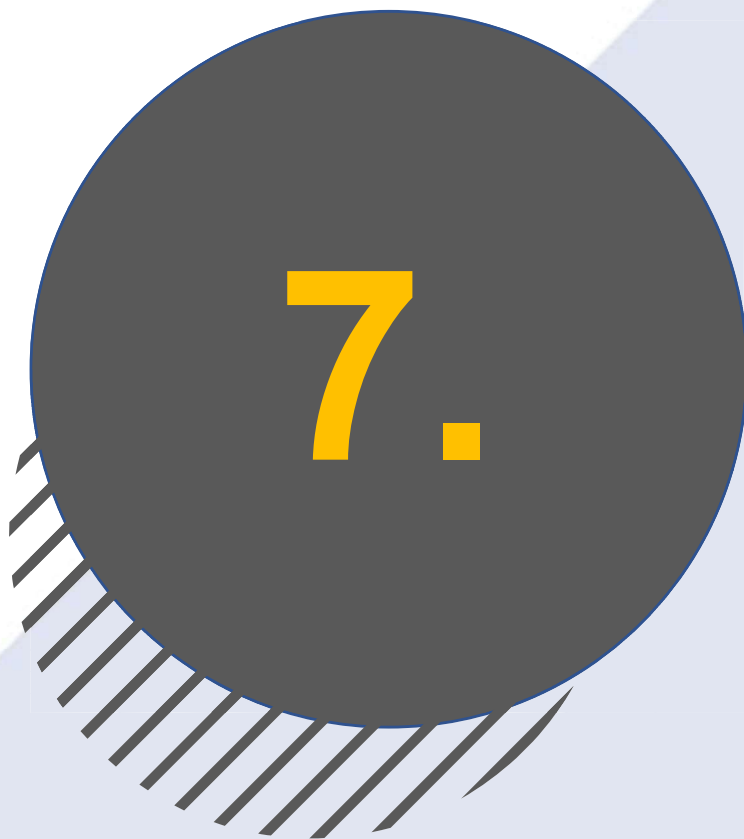
Valores em euros e sem IVA.

6.2. Campanhas, Eventos e Promoção

Ao longo do ano de 2022, foram desenvolvidas algumas campanhas com vista à promoção da utilização do Transporte Público. Das demais atividades, destacam-se as seguintes:

- Carregamento atempado do passe - medida para reduzir a aglomeração de clientes nas lojas;
- Sensibilização para a utilização do troco certo na aquisição de viagens a bordo;
- Campanha Novos Clientes - entrega de um "kit boas vindas" aos novos clientes e aos clientes que não utilizam o nosso serviço há mais de um ano;
- Evento Festa da Nossa Senhora do Livramento - foi criado um serviço adicional para a festa na freguesia do Curral das Freiras, onde se celebrou a Nossa Senhora do Livramento;
- Festa da Castanha 2022 - à semelhança do passado, a CCSG voltou a marcar presença a Festa da Castanha na freguesia do Curral das Freiras, reforçando a oferta durante o evento, e permitindo evitar constrangimentos ao nível de estacionamento de viaturas privadas e congestionamento de tráfego automóvel.

TECNOLOGIA

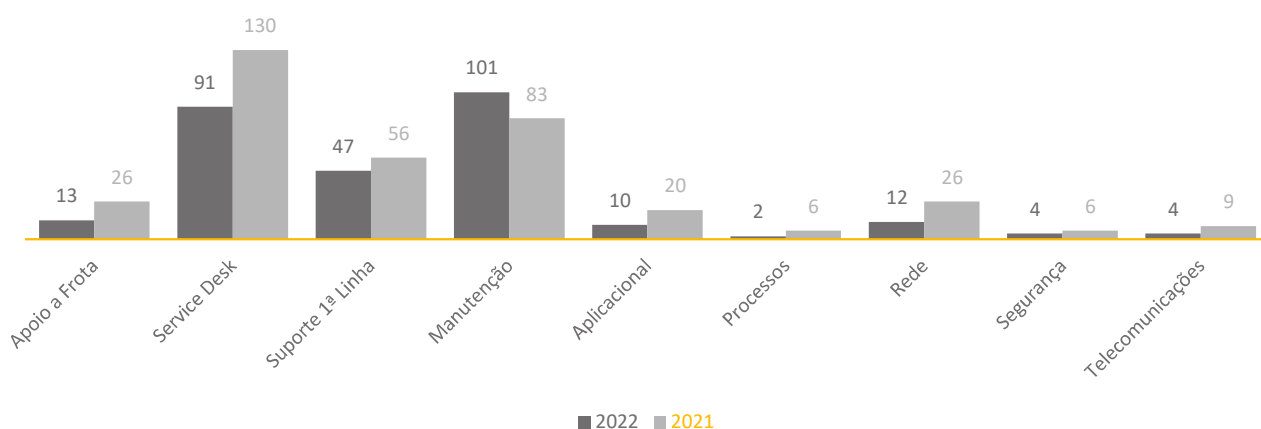


7. TECNOLOGIA

7.1. Suporte Técnico

Foi dada continuidade ao suporte técnico, quer aos colaboradores quer à atividade da CCSG. Conforme o gráfico abaixo, foram registados 284 pedidos de suporte, menos 78 (-21,5%) que no ano anterior.

Gráfico 6 - Suporte Técnico



7.2. Assistência SAEIP e Bilhética

Foi mantido o acompanhamento do processo de assistência técnica evolutiva do Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros que contempla a atualização dos equipamentos embarcados, em parceria com a empresa TECMIC.

Registou-se 1 anomalia nos painéis informativos, e 16 na frota. Menos 7 (-87,5%) e 10 (-38,5%), do que no período homólogo, respetivamente. Quanto ao sistema de bilhética, foram realizadas 166 intervenções de manutenção, menos 37 (-18,2%) do que em 2021. As melhorias registadas devem-se ao projeto desenvolvido para renovação dos sistemas.

A diminuição, no número de assistências SAE e Bilhética, deve-se ao facto de, em 2021, ter sido criado a Secção de Manutenção Industrial e Eletrónica (SMIE), que passou a ficar responsável por este tipo de assistência.

Quadro 19 - Assistência SAEIP e Bilhética

ASSISTÊNCIA	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
SAE - Painéis	1	8	14	- 7	- 87,5%
SAE - Frota	16	26	99	- 10	- 38,5%
Bilhética	166	203	308	- 37	- 18,2%
Total	183	237	421	- 54	- 22,8%

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



8.

8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

8.1. Rendimentos e Ganhos

As vendas e prestações de serviços, cada vez menos afetadas pela Covid-19, geraram receitas no valor de €1.927.439, superior em €399.104 (+26,1%), face ao valor registado no mesmo período de 2021.

Relativamente aos Subsídios à Exploração, verifica-se um aumento de €452.259 (+29,6%) face a 2021. Esta variação é fruto da assinatura do 7º Aditamento ao Contrato de Serviço Público.

Nos outros rendimentos e ganhos, verifica-se um aumento de €972.038 (+10.950,1%).

Em suma, as rubricas Rendimentos e Ganhos totalizam €4.890.496, mais €1.913.401 (+62,4%) do que no ano de 2021.

Quadro 20 - Rendimentos e Ganhos

RENDIMENTOS E GANHOS	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Vendas e serviços prestados	1.927.439	1.528.335	2.523.176	399.104	26,1%
Subsídios à exploração	1.982.142	1.529.883	1.201.117	452.259	29,6%
Outros rendimentos e ganhos	980.915	8.877	13.761	972.038	10.950,1%
Total	4.890.496	3.067.095	3.738.053	1.913.401	62,4%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

Observando as rubricas por serviço, evidencia-se a recuperação nos rendimentos do serviço de alugueres, mais 122,5% do que em 2021, e, mais 55% nos rendimentos do serviço interurbano.

Quadro 21 - Rendimentos e Ganhos por serviço

RENDIMENTOS E GANHOS	Serviço Interurbano				Serviço de Alugueres			
	2022	2021	2019	Var. %	2022	2021	2019	Var. %
Vendas e serviços prestados	1.683.367	1.332.162	1.958.491	26,4%	244.072	196.173	564.685	24,4%
Subsídios à exploração	1.976.588	1.529.883	1.201.117	29,2%	5.554	0	0	100%
Outros rendimentos e ganhos	780.615	2.813	12.539	27.653,1%	200.300	6.064	1.222	3.302,9%
Total	4.440.570	2.864.858	3.172.146	55%	449.926	202.237	565.907	122,5%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

8.2. Gastos e Perdas

No que diz respeito aos Gastos e Perdas, o aumento na rubrica, Fornecimentos e Serviços Externos Combustível, no valor de €245.655 (+26,6%), e, na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos Outros, no valor de €182.936 (+10,1%), deve-se, principalmente, ao conflito entre a Ucrânia e a Rússia.

Como referido anteriormente, o aumento na rubrica Gastos com o Pessoal de €310.070 (+19,7%), deve-se a um aumento do trabalho suplementar.

Nas restantes rubricas, as variações são de menor relevância, fazendo assim com que a variação do total das rubricas de gastos e perdas seja positiva em €581.747 (+12,5%).

Quadro 22 - Gastos e Perdas

GASTOS E PERDAS	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Gastos com o Pessoal	1.882.971	1.572.901	1.726.281	310.070	19,7%
FSE - Combustível	1.168.305	922.650	931.740	245.655	26,6%
FSE - Outros	2.000.577	1.817.641	1.347.986	182.936	10,1%
Gastos de amortização	91.141	164.038	166.314	- 72.897	- 44,4%
Outros gastos e perdas	83.299	167.316	52.553	- 84.017	- 50,2%
Total	5.226.294	4.644.547	4.224.874	581.747	12,5%

Valores em euros.

Dividindo os gastos e perdas por serviço, verificamos que foi no serviço interurbano que as variações foram, em termos relativos, maiores (+18,9%).

Quadro 23 - Gastos e Perdas por serviço

GASTOS E PERDAS	Serviço Interurbano				Serviço de Alugueres			
	2022	2021	2019	Var. %	2022	2021	2019	Var. %
Gastos com o Pessoal	1.718.369	1.453.592	1.552.166	18,2%	164.603	119.309	174.115	38%
FSE - Combustível	1.109.022	886.297	804.227	25,1%	59.282	36.353	127.512	63,1%
FSE - Outros	1.838.366	1.432.054	761.829	28,4%	162.212	385.587	586.157	- 57,9%
Gastos de amortização	88.158	150.909	140.614	- 41,6%	2.983	13.129	25.700	- 77,3%
Outros gastos e perdas	81.640	144.654	24.638	- 43,6%	1.659	22.663	27.915	- 92,7%
Total	4.835.555	4.067.507	3.283.473	18,9%	390.739	577.040	941.401	- 32,3%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

8.3. Resultados

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, fecha o ano de 2022 com um resultado líquido negativo de €335.799, representando uma redução do prejuízo em 78,7% face ao período homólogo de 2021.

Quadro 24 - Resultados

RESULTADOS	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
EBITDA	-237.759	-1.413.414	-320.475	+ 1.175.654	+ 83,2%
EBIT	-335.799	-1.577.452	-486.789	+ 1.241.653	+ 78,7%
Resultado Líquido	-335.799	-1.577.452	-486.821	+ 1.241.653	+ 78,7%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

No quadro seguinte podemos analisar os Resultados por Serviço, e, podemos constatar que nos serviços de aluguer, o EBITDA é positivo, mas, continua negativo no Serviço Interurbano.

Quadro 25 - Resultados por serviço

RESULTADOS	Serviço Interurbano				Serviço de Alugueres			
	2022	2021	2019	Var. %	2022	2021	2019	Var. %
EBITDA	-306.827	-1.051.740	29.297	+ 71%	62.170	-361.674	-349.793	+ 117%
EBIT	-394.985	-1.202.649	-111.296	+ 67%	59.187	-374.803	-375.494	+ 116%
Resultado Líquido	-394.985	-1.202.649	-111.327	+ 67%	59.187	-374.803	-375.494	+ 116%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

8.4. Estrutura Patrimonial

CAPITAL PRÓPRIO

O total do capital próprio, apresenta um valor positivo de €3.056.572,03, registando um aumento de 2.932% relativamente ao período homólogo de 2021. Neste momento, o mesmo cumpre com o artigo 35º do CSC, fruto da realização de uma operação harmónio em finais de 2022 (redução e aumento de capital).

ATIVO

O total do ativo, apresenta um saldo positivo de €7.047.434,53, representando um aumento de 133,2%, quando comparado com 2021, fruto do aumento de capital em espécie, referente à operação harmónio supracitada.

PASSIVO

O total do passivo, apresenta um montante de €3.990.862,50, representando um aumento de 27,5% face a 2021. Este aumento é consequência, grosso modo, do aumento da dívida comercial, mais concretamente à empresa Horários do Funchal, S.A., empresa-mãe.

Quadro 26 - Estrutura do Balanço

ESTRUTURA DO BALANÇO	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Ativo não corrente	4.445.525	1.756.619	2.000.463	+ 2.688.906	+ 153,1%
Ativo corrente	2.601.910	1.265.275	1.311.079	+ 1.336.635	+ 105,6%
Total do Ativo	7.047.435	3.021.895	3.311.541	+ 4.025.540	+ 133,2%
Capital Próprio	3.056.572	-107.629	2.296.626	+ 3.164.201	+ 2.932,0%
Passivo não corrente	0	0	0	0	n.a.
Passivo corrente	3.990.863	3.129.524	1.014.915	+ 861.339	+ 27,5%
Total do Passivo	3.990.863	3.129.524	1.014.915	+ 861.339	+ 27,5%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

8.5. Endividamento

No que diz respeito à dívida comercial, a mesma aumentou €773.260 (+27,5%), devido à perda de receitas nos anos 2020 e 2021. Em relação à dívida financeira da empresa, a mesma é nula. Em termos de Tesouraria, os compromissos assumidos para com terceiros foram cumpridos, com exceção da empresa Horários do Funchal, S.A., que são liquidados consoante as disponibilidades de tesouraria.

Quadro 27 - Endividamento

ENDIVIDAMENTO	2022	2021	2019	Variação 2022/2021	
				Absoluta	%
Comercial	3.588.290	2.815.030	908.701	+ 773.260	+ 27,5%
Financeira	0	0	0	0	n.a.
Total	3.588.290	2.815.030	908.701	+ 773.260	+ 27,5%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

PERSPETIVAS FUTURAS



Para o ano de 2023, não se prevê, nos próximos meses, um cessar fogo entre a Rússia e a Ucrânia, o que implicará continuar a haver um impacto direto negativo nos principais indicadores macroeconómicos, que não se esperam que voltem aos seus índices pré-conflito nos próximos tempos, impactando, dessa forma, a performance financeira. Isto apesar das decisões de política orçamental de resposta à crise, quer do Governo Regional quer do Governo Central.

O Banco de Portugal prevê um forte arrefecimento da economia, com o consumo privado a praticamente estagnar em 2023, e a crescer apenas 1% em média em todo o período até 2025.

Para 2023, apesar dos constrangimentos financeiros macroeconómicos, julgamos que iremos consolidar a recuperação da nossa atividade que tivemos em 2022, quer em termos de passageiros transportados, quer em termos de receitas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO



O Conselho de Administração é responsável pela elaboração das Contas do Exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Contas foram utilizadas políticas contabilísticas e critérios apropriados, consistentes com os anos anteriores e com a legislação em vigor.

As demonstrações financeiras e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes.

PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS



Propomos que o Resultado Líquido do exercício, negativo, no valor de €335.798,66, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 16 de março de 2023

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves
(Presidente Executivo)

Susana Maria Florença Pinto Correia
(Vogal Executivo)

Duarte Leovigildo de Faria Sousa
(Vogal Executivo)

Ricardo Nuno Pestana Abreu
(Vogal não Executivo)

Donato Filipe Fernandes de Gouveia
(Vogal não Executivo)

ANEXO I



Cumprimento das
Orientações Legais

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Resumo

No quadro seguinte está presente um breve resumo relativamente ao cumprimento das orientações legais.

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação
1. Objetivos de Gestão	NA		Não foram definidos para o exercício de 2022.
2. Metas a atingir contantes no PAO	NA		Não foram definidas para o exercício de 2022.
3. Gestão do Risco Financeiro	S		
4. Limites de Crescimento do Endividamento	NA		
5. Evolução do PMP a Fornecedores	S		Inferior a 60 dias exceto para a empresa-mãe.
6. Divulgação de Atrasos nos Pagamentos	S		
7. Recomendações dos Acionistas na última aprovação de contas	NA		
8. Recomendações e Reservas na última CLC	NA		
9. Orientações sobre Remunerações/Honorários	S		
10. Aplicação do artigo 24.º-A do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da RAM	S		
11. Despesas não documentadas ou confidenciais	S		
12. Elaboração e Divulgação do Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção	S		
13. Contratação Pública	S		
14. Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação
15. Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	S		
16. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo TdC	NA		
17. Elaboração e Divulgação do Plano para a Igualdade (artigo 62.º do RJSERAM)	S		
18. Elaboração e divulgação da Demonstração não Financeira	N		Não é obrigatório.
19. Informação a constar no site institucional	S	50%	

1. Objetivos de Gestão

Para o exercício de 2022, não foram definidos pelo acionista objetivos de gestão.

2. Metas a atingir constantes no PAO

2.1. Atividades Previstas

Na Atualização do PAO 2022-23 de março de 2022, não estavam definidas atividades a ser desenvolvidas.

2.2. Princípios financeiros de referência

No quadro seguinte comparam-se os resultados obtidos com os resultados esperados no PAO 2022-23.

Princípios Financeiros de referência	PAO 2022	Resultado	Variação	Desvio (%)
EBITDA	-1.066.524,17	-244.657,23	+ 821.866,94	+ 77,1%
Resultado Operacional	-1.223.617,13	-335.798,66	+ 887.818,47	+ 72,6%
Resultado Líquido	-1.223.617,13	-335.798,66	+ 887.818,47	+ 72,6%

2.3. Investimento

No PAO 2022-23, não estava previsto qualquer tipo de investimento tendo em conta o fim da operação da CCSG.

2.4. Gastos com o Pessoal e Mapa de Pessoal

No quadro seguinte comparam-se os Gastos com o Pessoal com os esperados no PAO 2022-23.

Gastos com o Pessoal	PAO 2022	Resultado	Variação	Desvio (%)
Vencimento Base	711.241,96	644.600,28	- 66.641,68	- 9,4%
Subsídios de Férias e Natal	258.529,38	295.602,60	+ 37.073,22	+ 14,3%
Remunerações Adicionais	392.918,79	549.745,28	+ 156.826,49	+ 39,9%
Indemnizações	0,00	40.000,00	+ 40.000,00	n.a.
Encargos sobre Remunerações	301.223,65	332.914,73	+ 31.691,08	+ 10,5%
Seguros	16.374,62	14.800,91	- 1.573,71	- 9,6%
Gastos Ação Social	941,01	856,57	- 84,44	- 9,0%
Outros	0,00	2.550,00	+ 2.550,00	n.a.
Formação	787,71	1.900,99	+ 1.113,28	+ 141,3%
Total	1.682.017,12	1.882.971,36	+ 200.954,24	+ 11,9%

No quadro seguinte compara-se o Mapa de Pessoal com o esperado no PAO 2022-23.

Mapa de Pessoal	PAO 2022	Resultado	Variação	Desvio (%)
Administrativos	2	1	- 1	- 50,0%
Motoristas	60	59	- 1	- 1,7%
Formador	1	1	0	0,0%
Expedidor	2	2	0	0,0%
Total	65	63	- 2	- 3,1%

2.5. Nível de Endividamento

No quadro seguinte compara-se o Nível de Endividamento com o esperado no PAO 2022-23.

Endividamento	PAO 2022	Resultado	Variação	Desvio (%)
Dívida Financeira	0,00	0,00	0,00	n.a.
Dívida Comercial	3.798.697,35	3.588.290	-210.407	-6%

2.6. Grau de Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE

Não se aplica.

3. Gestão do Risco Financeiro

Aplicam-se as mesmas medidas que na empresa-mãe, no entanto a CCSG não recorreu a qualquer instrumento financeiro.

Gestão do Risco Financeiro	Cumprimento	Descrição
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva - Diversificação de instrumentos financeiros - diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis - diversificação de entidades credoras - contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	S	- Abertura de contas de depósito a prazo a 3 e 6 meses; - entidades credoras diversificadas;
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes - Consolidação do passivo remunerado (transformação do passivo curto em M/L prazo) - Contratação da operação que minimiza o custo financeiro da operação - Minimização da prestação de garantias reais - Minimização de cláusulas restritivas	S	- Empréstimos sem garantias reais ou <i>covenants</i> ;
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura Financeira da empresa - Adoção de políticas que minimizem a afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos - Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, que beneficiam de Fundos Comunitários e de Capital Próprio - Utilização de autofinanciamento e de receitas de desinvestimento	S	- Liquidação das contas correntes caucionadas; - utilização de capitais próprios;
Inclusão no R&C - Descrição da evolução da taxa média de financiamento nos últimos 5 anos - Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos - Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	S	
Reflexão nas DFs do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	NA	

4. Limites de Crescimento do Endividamento

Não foram definidos limites para o exercício de 2022.

5. Evolução do PMP a Fornecedores

O Prazo Médio de Pagamentos é superior a 60 dias e reflete o aumento da dívida com a empresa-mãe, pois as dívidas com os demais fornecedores, são regularizadas em períodos inferiores a 60 dias.

Prazo Médio de Pagamentos	2022	2021	Variação	Desvio (%)
PMP (dias)	231	251	-20	- 8%

6. Divulgação de Atrasos nos Pagamentos

Os pagamentos em atraso distribuem-se da seguinte forma:

Atrasos nos Pagamentos	0 - 90 dias	90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	907.024	391.003	1.453.658	806.497	
Aquisição de Capital					
Total	907.024	391.003	1.453.658	806.497	0,00

7. Recomendações dos Acionistas na última aprovação de contas

Na Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício de 2021, não foram feitas quaisquer recomendações.

8. Recomendações e Reservas na última CLC

Na CLC das contas do exercício de 2021, não foram feitas quaisquer recomendações e/ou reservas.

9. Orientações sobre Remunerações/Honorários

9.1. Assembleia Geral

No quadro seguinte descrevem-se os elementos da Mesa da Assembleia Geral e respetivas remunerações.

Mesa da Assembleia Geral	Cargo	Mandato	Valor da Senha	Valor Bruto
António José Jardim Faria	Presidente	2022-24	0,00	0,00
António Manuel Pita Rentróia	Secretário	2022-24	150,00	300,00
Gabriel de Lima Farinha	Secretário	2022-24	150,00	300,00
Total			300,00	600,00

9.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração não é remunerado e todas as despesas são assumidas pela empresa-mãe.

No quadro seguinte estão descritas as acumulações de funções do Conselho de Administração.

Acumulação de Funções	Entidade	Função	Regime	Autorização
Alejandro M. G. Gonçalves	HF	Presidente Executivo	Público	AG 17/12/2021
Susana M. F. P. Correia	HF	Vogal Executivo	Público	AG 17/12/2021
Duarte L. F. Sousa	HF	Vogal Executivo	Público	AG 17/12/2021
Ricardo N. P. Abreu	HF	Vogal não Executivo	Público	AG 17/12/2021
	SREM	Técnico Especialista	Público	D 12/11/2019
Donato F. F. Gouveia	HF	Vogal não Executivo	Público	AG 17/12/2021
	SRF	Técnico Especialista	Público	D 19/11/2021

9.3. Fiscal Único

Na CCSG, o Fiscal Único é simultaneamente o Auditor Externo.

SROC	Nº OROC	Nº CMVM	Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº anos na HF	Nº anos na SROC
BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	29	20161384	31/03/2022	3	7	40
Representado por Dr.º António José Correia de Pina Fonseca ROC n.º 949	949	20160566	31/03/2022	3	7	-

No quadro seguinte descrevem-se todos os serviços e respetivos custos contratados ao Fiscal Único/ROC.

Remunerações	Valor
Revisão Legal Contas Anuais	4.950,00
Outros Serviços	2.900,00
Total	7.850,00

10. Aplicação do artigo (24.º-A do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da RAM)

10.1. Não são utilizados cartões de crédito pelo Conselho de Administração.

10.2. Não são reembolsadas ao Conselho de Administração quaisquer despesas de âmbito pessoal.

10.3. Gastos com Comunicações

Todas as despesas são assumidas pela empresa-mãe.

10.4. Gastos associados a Viaturas

Todas as despesas são assumidas pela empresa-mãe.

11. Despesas não documentadas ou confidenciais (n.º 2 do artigo 15.º do RJSERAM e do artigo 8.º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da RAM)

Não foram realizadas despesas não documentadas ou confidenciais.

12. Elaboração e Divulgação do Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

Neste âmbito, será aplicado o exposto no relatório da empresa-mãe. O Relatório está divulgado no site da HF, e pode ser consultado através do link:

http://www.horariosdofunchal.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2505&Itemid=471

13. Contratação Pública

13.1 Procedimentos

No quadro seguinte descreve-se a aplicação das normas de contratação pública nos procedimentos da CCSG.

N.º Procedimento	Objeto do Procedimento	Tipo de Procedimento	Base Legal
001/DL/2022	Serviços De Assessoria Jurídica para a Reestruturação/Conversão da Empresa	Ajuste Direto	CCP
003/DL/2022	Serviços de desinfestação e controlo de pragas	Ajuste Direto	CCP

13.2. Todos os procedimentos para a contratação de bens e serviços seguem os mesmos trâmites da empresa-mãe.

13.3. No exercício de 2022, nenhum procedimento atingiu o valor de 5 milhões de euros.

14. Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais das Empresas Públicas

No quadro seguinte descreve-se a eficiência operacional no período 2019 a 2022, bem como uma previsão para 2023.

Eficiência Operacional	Previsão 2023	2022	2021	2020	2019	Variação	Desvio (%)
Vendas e Serviços Prestados	884.739	1.927.439	1.528.335	1.242.330	2.523.176	+ 1.042.699	+ 117,9%
Subsídios à Exploração	1.947.841	1.982.142	1.529.883	1.695.990	1.201.117	+ 34.300	+ 1,8%
Rendimentos Operacionais	2.832.580	3.909.580	3.058.218	2.938.320	3.724.292	+ 1.077.000	+ 38,0%
CMVMC	14.197	4.214	29.357	8.584	8.755	- 9.983	- 70,3%
Fornec. e Serviços Externos	1.532.528	3.168.882	2.740.291	2.050.993	2.279.726	+ 1.636.354	+ 106,8%
Gastos com o Pessoal	1.047.455	1.882.971	1.572.901	1.541.033	1.726.281	+ 835.516	+ 79,8%
Gastos Operacionais	2.594.181	5.056.068	4.342.549	3.600.610	4.014.761	+ 2.461.887	+ 94,9%
						0	n.a.
Gastos/Rendimentos	91,58%	129,33%	142,00%	122,54%	107,80%	- 0,38 p.p.	- 29,2%
EBITDA Recorrente	238.399	-1.146.487	-1.284.331	-662.289	-290.469	- 1.384.887	- 580,9%

15. Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria

No exercício de 2022, apenas foi contratado um serviço de consultoria que se justifica pelo facto de a CCSG não ter capacidade de satisfazer a necessidade por via dos recursos próprios.

16. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo TdC

No exercício de 2022, não foram realizadas auditorias pelo TdC.

17. Elaboração e Divulgação do Plano para a Igualdade (artigo 62.º do RJSERAM)

Neste âmbito, será aplicado o exposto no plano da empresa-mãe. O Plano para a Igualdade está divulgado no site da HF, e pode ser consultado através do link:

http://www.horariosdofunchal.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2505&Itemid=471

18. Elaboração e divulgação da Demonstração não Financeira

Devido à dimensão, a CCSG não é obrigada a elaborar um relatório de sustentabilidade.

19. Informação a constar no site institucional

A CCSG não dispõe de site próprio, sendo tudo publicado no site da empresa-mãe. No quadro seguinte descreve-se o cumprimento da divulgação da informação no site da HF.

Informação a constar no site institucional	Divulgação		Comentário
	Cumprimento	Última Atualização	
Orientações estratégicas	NA		Não foram definidas para o exercício de 2022.
Orientações setoriais	NA		Não foram definidas para o exercício de 2022.
Orientações que compreendem a aprovação de critérios de determinação do vencimento, benefícios e regalias dos gestores públicos, bem como a definição de indicadores para a classificação das empresas públicas regionais, que vinculam o representante da Região nas deliberações dos sócios	N		
Composição da sua estrutura societária	N		Incluídos nos R&C anuais.
Identificação das participações sociais que detêm	S	mar/23	
Aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou funcional	NA		
Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo	NA		
Grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	NA		Não foram definidas para o exercício de 2022.
Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimentos e as fontes de financiamento	N	mar/23	
Orçamento anual e plurianual	S	mar/23	
Documentos anuais de prestação de contas	S	mar/23	
Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios dos órgãos de fiscalização	S	jan/23	
Identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios	N		Incluídos nos Relatórios de Governo da Sociedade anuais.
Relatório de Sustentabilidade	N		
Relatórios anuais de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro	S	mar/23	
Códigos de Ética	S	jan/19	
Obrigações de serviço público a que está sujeita e termos contratuais da prestação do serviço público	N		Cumre-se o previsto no Contrato de SP e respetivas Adendas.

Informação a constar no site institucional	Divulgação		Comentário
	Cumprimento	Última Atualização	
Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos da Região nos últimos três exercícios	N		
Estatutos	N		
Informação Financeira histórica e atual	S	mar/23	Incluídos nos R&C anuais.
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	N		

*Estamos a desenvolver novo website com vista a que conseguir divulgar toda a informação da empresa no mesmo, dado que o site atual apresenta muitas limitações.

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves
(Presidente Executivo)

Susana Maria Florença Pinto Correia
(Vogal Executivo)

Duarte Leovigildo de Faria Sousa
(Vogal Executivo)

Ricardo Nuno Pestana Abreu
(Vogal não Executivo)

Donato Filipe Fernandes de Gouveia
(Vogal não Executivo)

ANEXO II



Contas do Exercício

Balanço

Rubricas	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1 584 466,77	1 739 354,84
Ativos intangíveis	7	2 851 000,00	
Outros ativos financeiros		1 812,18	1 464,04
Estado e outros entes públicos	11	8 245,59	15 800,27
Outras contas a receber			
		4 445 524,54	1 756 619,15
Ativo corrente			
Inventários	9		2 189,01
Clientes	10	223 911,91	522 010,91
Adiantamentos a fornecedores	20	23,57	82,19
Estado e outros entes públicos	11	86 300,34	225 529,12
Acionistas / sócios		761 048,20	
Outras contas a receber	12	122 302,72	21 037,78
Diferimentos	13	11 725,01	56 410,69
Caixa e depósitos bancários	4	1 396 598,24	438 015,65
		2 601 909,99	1 265 275,35
Total do ATIVO		7 047 434,53	3 021 894,50
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	14	5 000 000,00	5 000 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	15	2 700 000,00	2 700 000,00
Reservas legais	16	59 358,27	59 358,27
Resultados transitados	17	-4 427 735,86	-6 350 283,86
Excedentes de revalorização	18	60 748,28	60 748,28
Resultado líquido do período		-335 798,66	-1 577 452,00
Total do Capital Próprio		3 056 572,03	-107 629,31
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	20	3 558 182,60	2 708 051,20
Estado e outros entes públicos	11	50 012,78	39 932,14
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	19	347 347,90	350 303,98
Diferimentos	13	35 319,22	31 236,49
		3 990 862,50	3 129 523,81
Total do Passivo		3 990 862,50	3 129 523,81
Total do Capital Próprio e do Passivo		7 047 434,53	3 021 894,50

Valores em euros.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Presidente Executivo

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Vogal Executivo

Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal Executivo

Duarte Leqvigildo de Faria Sousa

Vogal não Executivo

Ricardo Nuno Pestana Abreu

Vogal não Executivo

Donato Filipe Fernandes de Gouveia

Demonstração de Resultados por Naturezas

Rubricas	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Vendas e serviços prestados	21	1 927 438,69	1 528 334,53
Subsídios à exploração	12 e 22	1 982 141,54	1 529 883,36
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-4 214,29	-29 356,72
Fornecimentos e serviços externos	23	-3 168 882,00	-2 740 291,23
Gastos com pessoal	24	-1 882 971,36	-1 572 900,93
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		-146,25	
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10 e 12	1 799,00	1 649,50
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor		-150,64	20,44
Outros rendimentos e ganhos	25	979 116,06	7 207,12
Outros gastos e perdas	26	-78 787,98	-137 959,75
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-244 657,23	-1 413 413,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 27	-91 141,43	-164 038,32
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-335 798,66	-1 577 452,00
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-335 798,66	-1 577 452,00
Imposto sobre rendimento do período	8		
Resultado líquido do período		-335 798,66	-1 577 452,00

Valores em euros.

O Conselho de Administração

Presidente Executivo

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Vogal Executivo

Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal Executivo

Duarte Leovigildo de Faria Sousa

Vogal não Executivo

Ricardo Nuno Pereira Abreu

Vogal não Executivo

Donato Filipe Fernandes de Gouveia

O Contabilista Certificado

Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Demonstração de Fluxos de Caixa

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	2 258 984,61	1 243 427,19
Pagamentos a fornecedores	-3 003 694,11	-2 034 864,55
Pagamentos ao pessoal	-1 101 105,15	-937 069,54
Caixa gerada pelas operações	-1 845 814,65	-1 728 506,90
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros pagamentos/recebimentos	2 225 851,99	2 079 229,24
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]	380 037,34	350 722,34
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Ativos fixos tangíveis	-89 474,75	-16 406,27
Ativos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Recebimentos de		
Ativos fixos tangíveis	19 032,00	
Ativos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]	-70 442,75	-16 406,27
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamentos obtidos		
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio	649 000,00	
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos de		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	-12,00	-16,00
Dividendos		
Redução de capital e ou instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]	648 988,00	-16,00
Variação de caixa e seus equivalentes [1]+[2]+[3]	958 582,59	334 300,07
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	438 015,65	103.715,58
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 396 598,24	438.015,65

Valores em euros.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Presidente Executivo

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Vogal Executivo

Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal Executivo

Duarte Leovigildo de Faria Sousa

Vogal não Executivo

Ricardo Nuno Pestana Abreu

Vogal não Executivo

Donato Filipe Fernandes de Gouveia

Demonstração de Alterações no Capital Próprio no período de 2021

Rúbricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa							Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros Instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total	
Posição no Início do Período 2021		5 000 000,00	2 700 000,00	59 358,27	-5 036 659,57	60 748,28	-486 820,74	2 296 626,24	2 296 626,24
Alterações no Período									
Realização do exced. Reval. de ativos fixos tang. e intangíveis								0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17				-486 820,74		486 820,74	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	-486 820,74	0,00	486 820,74	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período							-1 577 452,00	-1 577 452,00	-1 577 452,00
Resultado Integral							-1 090 631,26	-1 090 631,26	-1 090 631,26
Operações c/ Detentores de capital no Período									
Realizações de capital								0,00	0,00
Outras operações								0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2021		5 000 000,00	2 700 000,00	59 358,27	-5 523 480,31	60 748,28	-1 577 452,00	719 174,24	719 174,24

Valores em euros.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Presidente Executivo

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Vogal Executivo

Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal Executivo

Duarte Leqvigildo de Faria Sousa

Vogal não Executivo

Ricardo Nuno Pestana Abreu

Vogal não Executivo

Donato Filipe Fernandes de Gouveia

Demonstração de Alterações no Capital Próprio no período de 2022

Rúbricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa							Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros Instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total	
Posição no Início do Período 2022		5 000 000,00	2 700 000,00	59 358,27	-6 350 283,86	60 748,28	-1 577 452,00	-107 629,31	-107 629,31
Alterações no Período									
Realização do exced. Reval. de ativos fixos tang. e intangíveis								0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17				-1 577 452,00		1 577 452,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	-1 577 452,00	0,00	1 577 452,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período							-335 798,66	-335 798,66	-335 798,66
Resultado Integral							1 241 653,34	1 241 653,34	1 241 653,34
Operações c/ Detentores de capital no Período									
Realizações de capital	17							0,00	0,00
Outras operações	17							0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2022		5 000 000,00	2 700 000,00	59 358,27	-7 927 735,86	60 748,28	-335 798,66	-443 427,97	-443 427,97

Valores em euros.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Presidente Executivo

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Vogal Executivo

Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal Executivo

Duarte Leovigildo de Faria Sousa

Vogal não Executivo

Ricardo Nuno Pestana Abreu

7/2 Vogal não Executivo

Dónato Filipe Fernandes de Gouveia

ANEXO III



Anexo às Demonstrações
Financeira

Anexo às Demonstrações Financeira

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota Introdutória

1.1 Identificação da Entidade

1.1.1 Designação da Entidade

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S. A. (CCSG), é uma sociedade constituída em 10 de junho de 1939, por escritura pública, exarada de fls. 89, verso, a fls. 90, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 17 do notário da Secretaria Notarial do Funchal, Dr. Francisco Alberto Correia Figueira. Em seu tipo – sociedade comercial por ações, natureza – entidade privada, composição - agregação de capitais públicos e está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.01016/40.05.08, a fls. 151 verso, do livro C-3.º, presentemente com o nº. único 511007116, com o capital social integralmente subscrito e realizado de 5.000.000,00 Euros.

1.1.2 Objeto e finalidade

Exploração de um serviço público por via da relação de um contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira, celebrado em 30-10-2017, tendo como atividade o transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana e no aluguer de autocarros com condutor, principalmente para o turismo.

1.1.3 Sede

A CCSG é a pessoa coletiva nº. 511007116, com sede na Travessa da Fundoa de Baixo, n.º 5, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

1.1.4 Designação da empresa mãe

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, SA (HF), é uma sociedade constituída a 5 de junho de 1986, por escritura pública, exarada de fls. 36, verso, a fls. 43, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 93 do Cartório Privativo do Governo da Região Autónoma da Madeira, em seu tipo - sociedade comercial por ações, natureza - entidade privada, composição - agregação de capitais públicos, objeto e finalidade - exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49310 – Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros). São seus sócios

fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira (95%) e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (5%). Está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.03441/86.08.28, a fls. 188 verso, do livro C-9º., com o Capital Social integralmente realizado de 17.852.360,00 Euros.

1.1.5 Sede da empresa mãe

A HF é a pessoa coletiva nº. 511026340, com sede na Travessa da Fundoa de Baixo, n.º 5, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho e pela portaria nº. 220/2015, de 24 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 16 de março de 2023, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2021.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessária, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes exceções:

Os terrenos e os edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às atuais condições, o justo valor dos ativos fixos tangíveis deverá ser atualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

Com a aquisição da Estação de serviço da Camacha em 2016 e atendendo à sua última revalorização em 2014 ainda na empresa-mãe, em 2019 procedeu-se a novas avaliações para obtenção dos justos valores, não existindo no exercício de 2022 qualquer alteração às atuais condições que justificasse a atualização do seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As reparações que prolonguem a vida útil e económica dos bens do ativo fixo tangível, são contabilizadas pelo custo de aquisição e são amortizadas durante

o tempo médio de vida útil estimado (equipamento básico - viaturas para o transporte de passageiros desagregadas em componentes) e/ou pela vida útil esperada e/ou residual das respetivas imobilizações.

As reparações/manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente bem como as adições e/ou os melhoramentos que não são ativos fixos tangíveis, mas integrem custos ocorridos no exercício, referentes a anos seguintes são contabilizadas e reconhecidas no período compreendido entre duas reparações, na rubrica de custos diferidos, sendo a parte correspondente a cada um dos exercícios registada na demonstração de resultados, respeitando-se assim o princípio do acréscimo e/ou da especialização dos exercícios.

As reparações /manutenção periódica, preventiva e preditiva, custos de assistência diária, são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos.

Para desenvolvimento da sua atividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a CCSG tem por norma imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua atividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da CCSG destas viaturas para fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional, no ramo dos transportes, não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado ativo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor no residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CCSG considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CCSG entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual.

Em 2010, por aplicação da NCRF nº. 7, procedeu à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Em 2017, também

tendo como base uma análise realizada internamente, foram revistas as vidas úteis das viaturas tendo-se verificado que não existe diferenças significativas que levássemos a efetuar qualquer alteração.

Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes ativos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Tipo de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	3 a 43
Equipamento básico:	
Viaturas:	
Motores	8
Caixa de Velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos de Cobrança e Controlo	3 a 8
Programas de Cobrança e Controlo	3
Equipamento Administrativo	5 a 8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 a 8

As vidas úteis dos bens, método de depreciação e valor residual, quando aplicável, são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Direitos de concessão

A Resolução nº 693/2022, de 29 de julho, publicado no JORAM, I Série, nº 134 (e na sequência do Despacho nº 231/2021, de 28 de junho, publicado no JORAM, II Série, nº 112), autorizou a manutenção, em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transportes em Automóvel, que tenham sido renovados após a data limite do período referido na alínea d) do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, pelo período necessário até à conclusão do procedimento concorrencial para a atribuição do Serviço Público na RAM, mantendo tais títulos e operadores os mesmos direitos e deveres, carreiras, itinerários, paragens, horários e frequências, sistema de cobrança e tarifários que vigorem a 31 de julho de 2022.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida, quando aplicável.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável, o qual difere do resultado contabilístico da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas, à data de balanço, no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos resultam do reconhecimento da consequência fiscal que ocorrerá no futuro, por efeito das transações e outros acontecimentos da entidade no período.

Os impostos diferidos, referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos, são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço. Não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, somente, quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias, subjacentes, aos ativos por impostos diferidos, no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento, lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar

os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente, quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas não são reconhecidos, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo e de outras entidades públicas, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas, que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridas ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa, sem qualquer futuro custo relacionado, é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado exercício, imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio e outros apoios de entidades públicas tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios e apoios de outras entidades públicas, não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio se torna recebível.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, condicionais, que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes, são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros, será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber relativa à prestação de serviços das carreiras interurbanas e serviços de aluguer e turismo.

O rédito proveniente da venda de bens, é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos, referentes à transação, possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços, é reconhecido com referência à fase de acabamento da prestação da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos, incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 16 de março de 2023 data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Não ocorreram acontecimentos materiais após a data do balanço suscetíveis de dar lugar a ajustamentos (Nota 31).

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos. Os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos, são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração, considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são

apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, no caso de haver prejuízos, fiscais reportáveis durante nos seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016 podem ser reportados por um período de 12 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017 podem ser reportados por um período de 5 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

A partir de janeiro de 2017, foram revogadas as regras de utilização de prejuízos fiscais que preveem a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO). Sendo assim, passa a ser permitida a dedução, em primeiro lugar, daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais, teve por base projeções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

Face à pandemia COVID-19, o Orçamento do Estado Suplementar para 2020 veio criar um regime especial de dedução de prejuízos fiscais que venham a ser apurados no período de tributação de 2020 e 2021, e relativamente aos prejuízos fiscais que se encontrem em reporte/vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020.

- Prejuízos fiscais de 2020 e 2021: o prazo de reporte passa a ser de 10 anos (anteriormente eram 5 anos). Para as PME, mantém-se o prazo de 12 anos.
- O limite de 70% para dedução ao lucro tributável é elevado para 80% do lucro tributável, sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.
- Relativamente aos prejuízos fiscais em reporte no primeiro dia do período de tributação de 2020, a contagem do seu prazo de reporte fica suspensa durante os períodos de tributação de 2020 e 2021, traduzindo-se num aumento de 2 anos do prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em 2014 e anos seguintes.

Na sequência do Orçamento de Estado para 2023, deixa de existir limitação temporal para a dedução de prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2023, bem como a prejuízos fiscais anteriores a 1 de janeiro de 2022, cujo reporte da dedução ainda se encontre em curso à entrada em vigor da Lei do OE para 2023.

Quanto ao limite, o mesmo não pode ultrapassar os 65% do respetivo lucro tributável, o que perfaz 75% sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

Subsídios à exploração/ Indemnização compensatória

Os subsídios atribuídos pelo Governo Regional da Madeira, de acordo com o protocolo em vigor, embora não recebidos, mas com uma certeza de que o vão ser, são reconhecidos, por estimativa, como rendimentos do período de forma a balancear com os gastos que supostamente vão compensar.

De acordo com o contrato, assinado em 30/10/2017 e pelos seus aditamentos, o primeiro em 24/09/2018, o segundo em 01/03/2019, de modo a operacionalizar e implementar a criação do Programa de Apoio à Redução Tarifária na Região Autónoma da Madeira (PARTRAM) consagrado no artigo 62º do Decreto Legislativo Regional nº 26/2018/M, de 31 de dezembro que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2019, o terceiro que foi assinado a 30/12/2019 e que altera o Anexo V – Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, para que seja aditada a verba necessária para cobrir as indemnizações compensatórias entre janeiro de 2020 e julho de 2021, de modo a salvaguardar a continuidade e se evitem roturas na prestação do serviço público de âmbito intermunicipal e municipal às populações até à conclusão do procedimento concorrencial para a atribuição do Serviço Público na RAM, por forma a assegurar um período de tempo necessário à sua preparação, realização e conclusão estimado, até julho de 2021, o quarto e quinto assinados a 04/06/2020 e 10/03/2021, respetivamente e que altera o anexo V - Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, para que seja refletidos, os

ajustamentos ao plano de pagamentos do ano de 2020 e de 2021, no âmbito das medidas excecionais relacionadas com o apoio à economia, em consequência do combate à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19, o sexto, assinado a 30/07/2021 e que altera o Anexo V – Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, para que seja aditada a verba necessária para cobrir as indemnizações compensatórias entre agosto de 2021 e julho de 2022 e, por fim, o sétimo aditamento, assinado a 29/07/2022 e que altera o Anexo V – Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, relativamente ao ponto 2.4., refletindo no plano de pagamentos as importâncias devidas no âmbito da reconciliação da compensação financeira dos exercícios económicos anteriores de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, bem com a verba necessária para cobrir as indemnizações compensatórias entre agosto de 2022 e julho de 2023, de modo a salvaguardar a continuidade e se evitem roturas na prestação do serviço público de âmbito intermunicipal e municipal às populações até à conclusão do procedimento concorrencial para a atribuição do Serviço Público na RAM, por forma a assegurar um período de tempo necessário à sua preparação, realização e conclusão estimado, até julho de 2023, há que referir o seguinte:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector. São os elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras, devidamente aprovadas, que vão contribuir para o seu apuramento;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o *plafond* máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

Vidas úteis

A vida útil de um ativo, é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte coletivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efetuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na

expectativa futura de utilização, em 2017 foram revistas as vidas úteis, não encontrando diferenças relevantes que levasse a qualquer correção.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

O equilíbrio da atividade operacional e dos resultados dos períodos futuros, da Empresa, encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrado no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

A 30 de dezembro de 2020, foi publicado no JORAM I Série, Nº 245, 4º suplemento, a resolução nº 1285/2020, que autoriza a realização da despesa inerente ao concurso público internacional para a “Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na RAM” e a 8 de fevereiro de 2021 o mesmo foi publicado no Diário da República, nº 26, parte L - Contratos Públicos, concurso que se aplica a todo o serviço de transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, na qual a Companhia dos Carros de São Gonçalo está inserida.

A Resolução nº 693/2022, de 29 de julho, publicada no JORAM, I Série, nº 134, 4º Suplemento, autorizou a alteração e o 7º aditamento ao “Contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na RAM”, celebrado em 30 de outubro de 2017, entre a Região Autónoma da Madeira e a empresa “Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.”, aprovado pela Resolução nº 811/2017, de 30 de outubro, alterado por seis aditamentos, o primeiro, autorizado pela Resolução nº 578/2018, de 24 de setembro, o segundo, autorizado pela Resolução nº 104/2019, de 1 de março, o terceiro, autorizado pela Resolução nº 1061/2019, de 30 de dezembro, o quarto, autorizado pela Resolução nº 368/2020, de 1 de junho, o quinto, autorizado pela Resolução nº 101/2021, de 12 de fevereiro e o sexto, autorizado pela Resolução nº 688/2021, de 30 de julho.

Assim, não estando em questão a continuidade da empresa no próximo exercício, uma vez que se prevê a prorrogação da concessão até finais de 2023, atendendo que não concorreremos ao citado concurso e cuja previsão de entrada ainda não é conhecida, existindo ainda um período de transição inicial de seis meses a contar da data da obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas para que os novos operadores possam iniciar a exploração, é provável que no ano de 2024 sejam tomadas decisões que possam por em causa a continuidade das operações mas que de momento não nos é possível determinar os moldes e as circunstâncias em que tal ocorrerá, sendo uma possibilidade, a incorporação na empresa-mãe, dos ativos e recursos humanos da CCSG, caso estes últimos o queiram, pois poderão optar por integrar a nova concessionária e sendo certo que a 23/02/2023 o Conselho do Governo decidiu mandar a Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. para desenvolver os procedimentos e praticar os atos tendentes à futura gestão do sistema de bilhética integrado da Região Autónoma da Madeira.

Relativamente à pandemia COVID-19, no próximo exercício prevemos a retoma total de toda a atividade, não se prevendo assim grandes impactos decorrentes da sua evolução futura. Consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

Quanto à invasão da Ucrânia, a mesma continua a ter impactos devastadores que afetam a economia global, sendo que existe algumas dificuldades na preparação das projeções futuras, seja, do ponto de vista da inflação, seja, com a subida de juros e com a falta de matérias-primas. Não sendo possível prever alguns dos efeitos que possam advir da evolução deste conflito, consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2022, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à Ordem	1 396 598,24	438 015,65
Montepio Geral	2 520,41	2 717,29
BIC	10 159,43	8 096,01
Caixa Geral de Depósitos	1 383 918,40	427 202,35
Total	1 396 598,24	438 015,65

Valores em euros.

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não alterou qualquer política contabilística.

6 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valor Bruto	1 721 425,20	11 154 091,45
Terrenos e Recursos Naturais	425 153,95	425 153,95
Edifícios e Outras Construções	1 275 450,00	1 285 179,26
Equipamento Básico	0,00	9 385 985,20
Equipamento Administrativo	3 486,79	36 048,89
Ativos Fixos Tangíveis (em curso)	0,00	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	17 334,46	21 724,15
Depreciação Acumulada e Imparidade	-136 958,43	-9 414 736,61
Depreciação do Período	-91 141,43	-164 038,32
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	-45 817,00	-9 250 698,29
Perdas por Imparidade do Período	0,00	0,00
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	0,00	0,00
Valor Líquido Contabilístico	1 584 466,77	1 739 354,84

Valores em euros.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis, durante o ano 2022, são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações	Abates/Alienacões	Saldo Final
Valor Bruto	11 154 091,45	0,00	0,00	-9 432 666,25	1 721 425,20
Terrenos e recursos naturais	425 153,95	0,00	0,00	0,00	425 153,95
Edifícios e outras construções	1 285 179,26	0,00	0,00	-9 729,26	1 275 450,00
Equipamento básico	9 385 985,20	0,00	0,00	-9 385 985,20	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	36 048,89	0,00	0,00	-32 562,10	3 486,79
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	21 724,15	0,00	0,00	-4 389,69	17 334,46
AFT (em curso)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/ c/ de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deprec. Acumul. e Imparidade	-9 414 736,61	-91 141,43	0,00	9 368 919,61	-136 958,43
Terrenos e recursos naturais	-3,95	0,00	0,00	0,00	-3,95
Edifícios e outras construções	-87 151,42	-38 711,08	0,00	9 729,27	-116 133,23
Equipamento básico	-9 269 808,39	-52 430,35	0,00	9 322 238,74	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	-36 048,70	0,00	0,00	32 561,91	-3 486,79
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	-21 724,15	0,00	0,00	4 389,69	-17 334,46
Total	1 739 354,84				1 584 466,77

Valores em euros.

Nas adições:

No período em análise e no ano anterior, não existiram quaisquer adições.

Nas revalorizações/imparidades:

No exercício de 2019, foi efetuada a avaliação ao terreno e edifício e outras construções, mais precisamente à estação da Camacha, onde existiu uma revalorização no montante de 60 mil euros, sendo que não existiu qualquer alteração no exercício de 2022.

Nos abates/alienações e outras alterações:

Durante o exercício de 2022 procedeu-se à alienação de toda a frota e respetivos equipamentos à empresa-mãe e ainda ao abate de alguns bens que estavam obsoletos e sem qualquer valor.

Nas depreciações:

As depreciações na rubrica “Edifícios e Outras Construções” referem-se à estação da Camacha;

As depreciações na rubrica “Equipamento Básico”, são referentes aos órgãos de substituição das viaturas, com base nos anos de vida útil atribuídos no momento da sua substituição, até à sua alienação.

7 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valor Bruto	2 851 000,00	0,00
Ativo fixo intangível	2 851 000,00	0,00
Depreciação Acumulada e Imparidade	0,00	0,00
Amortização do período	0,00	0,00
Valor Líquido Contabilístico	2 851 000,00	0,00

Valores em euros.

Refere-se ao aumento de capital ocorrido no exercício, através de entradas em espécie.

Os movimentos ocorridos em ativos intangíveis, são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Outras alterações	Saldo Final
Valor Bruto	0,00	2 851 000,00	0,00	2 851 000,00
Marca GIRO	0,00	2 851 000,00	0,00	2 851 000,00
Depreciação Acumulada e Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00			2 851 000,00

Valores em euros.

Em 2022, procedeu-se ao registo de um ativo fixo intangível, no valor de 2.851 mil euros, uma vez que, por forma a cumprir com o artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, a empresa decidiu proceder a uma operação harmónio (redução de capital, seguida de um aumento de capital), sendo o mesmo efetuado, pela empresa-mãe, em parte, através de entrada em espécie da Marca Giro.

8 Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, é nulo, e refere-se à estimativa de imposto corrente apurado com base no lucro tributável e depois de efetuada as devidas correções fiscais e cálculo de tributações autónomas. No ano anterior foi igualmente nulo.

A CCSG não reconheceu impostos diferidos ativos, de prejuízos fiscais, por não haver expectativas fundamentadas de obter lucros tributáveis futuros.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis são analisados como segue:

Data Limite de Reporte	31/12/2022	31/12/2021
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00
2024	66 049,91	66 049,91
2025	184 015,15	184 015,15
2026	454 221,50	454 221,50
2027	337 698,48	0,00
2028	527 599,85	527 599,85
2029	207 765,57	207 765,57
2032	822 313,36	822 313,36
2033	1 447 918,77	1 447 918,77
Total	4 047 582,59	3 709 884,11

Valores em euros.

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos ativos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Prejuízos fiscais 2014	527 599,85	77 557,18	527 599,85	77 557,18
Prejuízos fiscais 2015	207 765,57	30 541,54	207 765,57	30 541,54
Prejuízos fiscais 2017	66 049,91	9 709,34	66 049,91	9 709,34
Prejuízos fiscais 2018	184 015,15	27 050,23	184 015,15	27 050,23
Prejuízos fiscais 2019	454 221,50	66 770,56	454 221,50	66 770,56
Prejuízos fiscais 2020	822 313,36	120 880,06	822 313,36	120 880,06
Prejuízos fiscais 2021	1 447 918,77	212 844,06	1 447 918,77	212 844,06
Prejuízos fiscais 2022	337 698,48	49 641,68	0,00	0,00
Total	4 047 582,59	594 994,65	3 709 884,11	545 352,97

Valores em euros.

Para além dos prejuízos fiscais, que geram impostos diferidos e à semelhança do verificado em exercícios anteriores, não existem outras diferenças temporárias relevantes a serem divulgadas.

9 Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valor Bruto:	558,94	2 601,70
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	558,94	2 601,70
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00
Depreciação Acumulada e Imparidade	-558,94	-412,69
Perdas por Imparidade do Período	-146,25	0,00
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	-412,69	-412,69
Valor Líquido Contabilístico	0,00	2 189,01

Valores em euros.

A variação ocorrida nesta rubrica refere-se, essencialmente, aos materiais de consumo, que devido ao reduzido valor anual, a empresa optou por efetuar as compras para consumo imediato, deixando assim que ter inventário, salvo alguns materiais já existentes e obsoletos e com imparidade criada.

10 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valor Bruto	247 676,12	554 050,42
Clientes c/c Gerais	247 676,12	554 050,42
Depreciação Acumulada e Imparidade	-23 764,21	-32 039,51
Perdas por Imparidade do Período	0,00	0,00
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	-23 764,21	-32 039,51
Valor Líquido Contabilístico	223 911,91	522 010,91

Valores em euros.

O valor apresentado em clientes gerais, refere-se, essencialmente, à dívida da empresa mãe Horários do Funchal, S.A., 160 mil euros no presente exercício, no exercício anterior era de 434 mil euros. As restantes dívidas mais representativas são de associações, agências de viagens e escolas.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Desreconhecimento	Saldo Final
Perdas por Imparidade	32 039,51	0,00	-1 799,00	-6 476,30	23 764,21
Serviço de Alugueres	32 032,88	0,00	-1 799,00	-6 476,30	23 757,58
Serviço Interurbano	6,63	0,00	0,00	0,00	6,63
Total	32 039,51	0,00	-1 799,00	-6 476,30	23 764,21

Valores em euros.

As perdas de imparidade registadas, respeita ao ajustamento de clientes, por terem sido considerados de cobrança duvidosa e com elevado risco de incobrabilidade. As reversões resultam da liquidação da dívida por parte de clientes. No exercício em análise foram liquidadas dívidas no valor de 1,8 mil euros.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 180 dias	180 a 360 dias	mais de 360 dias
Clientes Gerais	223 391,91	520,00	23 764,21
Total	223 391,91	520,00	23 764,21

Valores em euros.

A antiguidade de saldos mais expressivos é relativa a clientes do serviço do sector de turismo.

11 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	94 545,93	241 329,39
Imposto sobre o rendimento	8 245,59	15 800,27
IVA a recuperar	86 300,34	225 529,12
IVA reembolsos pedidos	0,00	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
Passivo	50 012,78	39 932,14
Imposto sobre o rendimento		0,00
Retenções de imposto sobre o rendimento	9 371,40	8 846,43
Outros impostos	363,07	363,07
Contribuições para a Segurança Social	40 278,31	30 722,64
Outras tributações	0,00	0,00

Valores em euros.

O imposto sobre o rendimento, diz respeito a pagamentos especiais por conta de IRC, de exercícios anteriores, conforme quadro abaixo.

A CCSG realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta (PEC), desde 2015, os quais ascendem a 31 de dezembro de 2022 a 8,2 mil euros.

Os impostos do passivo, dizem respeito aos valores apurados mensalmente e que são liquidados no ano seguinte.

Face ao descrito no quadro abaixo apresentamos uma síntese dos PEC e datas limites para dedução à coleta:

PEC	Data Limite de Dedução	31/12/2022	31/12/2021
2016	2022	0,00	7 554,68
2017	2023	6 275,77	6 275,77
2018	2024	1 969,82	1 969,82
Total		8 245,59	15 800,27

Valores em euros.

Os valores acima referidos, estão apresentados nas demonstrações financeiras, no ativo não corrente.

12 Outros créditos a receber

A rubrica de Outros Créditos a Receber é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valor Bruto	122 424,72	21 159,78
Adiantamentos ao Pessoal	3 936,00	5 300,00
Outros Devedores	118 302,67	15 859,78
Devedores por Acréscimo de Rendimentos	186,05	0,00
Imparidade Acumulada	-122,00	-122,00
Imparidade do Período	0,00	0,00
Imparidade de Período Anteriores	-122,00	-122,00
Valor Líquido Contabilístico	122 302,72	21 037,78

Valores em euros.

As principais variações dos saldos apresentados são:

- Na rubrica, outros devedores, a grande variação, face ao ano anterior, deve-se, essencialmente, ao valor a receber por parte da empresa-mãe HF, respeitante à venda de passes.

13 Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Gastos a Reconhecer	11 725,01	56 410,69
Seguros	11 055,77	54 524,14
Outros	669,24	1 886,55
Passivo - Rendimentos a Reconhecer	35 319,22	31 236,49
Passes	35 081,12	30 998,39
Alugueres	238,10	238,10

Valores em euros.

Nos gastos a reconhecer, o valor de 11 mil euros corresponde aos seguros, onde destacamos o seguro de acidentes de trabalho, no montante de 10,3 mil euros. A variação para o período homologado deve-se à renovação do contrato de seguros, uma vez que a mesma ficou concluída em inícios de 2023.

Nos rendimentos a reconhecer, Passes, refere-se aos títulos de transporte vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de dezembro e válidos para janeiro do ano de 2023.

14 Capital subscrito

O capital social de 5.000.000,00 euros, representado por 1.000.000 ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de dezembro de 2022.

Na sequência do não cumprimento do artº. 35 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração decidiu proceder a uma redução e aumento de capital, denominada por operação harmónio, com vista a cumprir o mesmo artigo. Assim em finais de dezembro, procedeu-se à redução e aumento de capital, no montante de 3,5 milhões de euros, através de entradas em numerário no montante de 649 mil euros e o remanescente no valor de 2.851 mil euros através de entradas em espécie.

15 Outros instrumentos de Capital

O Capital Próprio no ano de 2015 encontrava-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação não permitida pelo artº. 35 do Código das Sociedades Comerciais. Para ultrapassar a situação, em Assembleia Geral de 30/12/2015, a acionista, HF, aprovou a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016.

Em 2020 e 2021, o capital próprio encontra-se novamente abaixo dos 50% do Capital Social, não cumprindo o artº. 35 do Código das Sociedades Comerciais, uma vez que o Conselho de Administração optou por não realizar as prestações suplementares que estavam previstas, devido à decisão de não concorrer ao futuro concurso para a exploração do Serviço Público de transporte de passageiros da Região Autónoma da Madeira.

No decorrer do ano, o Conselho de Administração procedeu à apreciação da forma mais adequada para dar cumprimento ao previsto na referida disposição legal e procedeu com uma operação harmónio de redução e aumento de capital por forma a cumprir a referida disposição legal.

Em 31 de dezembro de 2022, totalizava o montante de 2.700.000,00 euros.

16 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022, era no montante de 59.358,27 euros.

17 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados, diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 1.577.452,00 euros e à redução de capital, no montante de 3.500.000,00 euros, apresentado um valor acumulado de 4.427.735,86 euros negativos.

18 Excedentes de revalorização

A rubrica de excedentes de revalorização é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Reavaliações Decorrentes de Diplomas Legais	0,00	0,00
Antes de Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00
Impostos Diferidos	0,00	0,00
Outros Excedentes	60 748,28	60 748,28
Antes de Imposto sobre o Rendimento	60 748,28	60 748,28
Impostos Diferidos	0,00	0,00
Total	60 748,28	60 748,28

Valores em euros.

O montante desta rubrica, advém da realização das revalorizações efetuadas no final do exercício de 2019, no terreno e edifício, em função das depreciações registadas. Atendendo às projeções da Empresa que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros, não existiu reconhecimento de impostos diferidos, nem qualquer variação no exercício de 2022.

19 Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Não Corrente	0,00	0,00
Fornecedores de Investimento	0,00	0,00
Credores por Acréscimo de Gastos	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Credores por Subscrições não Liberadas	0,00	0,00
Outros Credores	0,00	0,00
Pessoal	0,00	0,00
Corrente	347 347,90	350 303,98
Fornecedores de investimentos	0,00	89 474,75
Credores por acréscimos de gastos	317 240,92	243 325,45
Férias e Subsídio de Férias	306 486,32	238 127,01
Outros credores por acréscimos de gastos	10 754,60	5 198,44
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Credores por subscrições não liberadas	0,00	0,00
Outros credores	28 863,36	16 357,16
Pessoal	1 243,62	1 146,62
Total	347 347,90	350 303,98

Valores em euros.

Na rubrica, Fornecedores de Investimento, os valores em aberto de 2021, referiam-se, à aquisição dos serviços de reparação e substituição de órgãos em viaturas, contabilizados em investimentos, fornecidos pela empresa mãe – HF, que foram saldados em 2022.

Na rubrica, credores por acréscimos de gastos, incluem-se os montantes da previsão de férias e subsídio de férias, assim como outros gastos correntes que serão recebidos em 2023, mas o seu gasto refere-se a 2022.

Na rubrica, outros credores, do montante de 28,8 mil euros, 11,4 mil euros referem-se a serviços fornecidos pela empresa mãe HF, o valor restante diz respeito a outros credores da empresa.

20 Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores c/c		
Gerais	2 480,59	14 768,35
Empresa-mãe	3 555 702,01	2 693 282,85
Faturas em Receção e Conferência	0,00	0,00
Adiantamentos	-23,57	-82,19
Total	3 558 159,03	2 707 969,01

Valores em euros.

Na rubrica Fornecedores, mais especificamente empresa-mãe, o valor refere-se ao fornecimento de gasóleo e serviços de manutenção/reparação de viaturas, sendo que o mesmo é liquidado de acordo com as suas disponibilidades financeiras.

21 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Serviços Prestados		
Bilhetes	931 424,70	666 109,57
Vinhetas e Passes	751 942,08	664 633,73
Alugueres e Outros	244 071,91	197 591,23
Total	1 927 438,69	1 528 334,53

Valores em euros.

As principais variações dos saldos apresentados em serviços prestados são as seguintes:

- No serviço interurbano, há uma variação positiva de 352,6 mil euros, justificado pelo aumento nos bilhetes vendidos a bordo no montante de 265,3 mil euros e nos títulos passes de 87,3 mil euros. Este aumento reflete a retoma progressiva das operações de serviço público, face às restrições impostos a nível regional decorrentes da pandemia durante o ano de 2020 e 2021 e, mais recentemente do conflito Rússia-Ucrânia.
- No serviço de aluguer/turismo, o aumento de 46,5 mil euros, é resultado, do retomar das operações de turismo face à pandemia, não obstante esta ser muito reduzida, atendendo ao envelhecimento da frota, que atingiram o seu fim de vida útil e pela impossibilidade de investimento na aquisição de novas viaturas, que comprometem a sua competitividade em relação às outras empresas do

mesmo setor. Já no último trimestre do ano e pelas razões acima mencionadas, a empresa optou por descontinuar estes serviços, passando os mesmos a serem efetuados pela empresa-mãe.

22 Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Subsídios à Exploração/Indemnizações Compensatórias	1 930 705,74	1 523 763,36
Subsídios à Exploração/SUB23	11 043,80	6 120,00
Subsídios à Exploração/outros	40 392,00	0,00
Total	1 982 141,54	1 529 883,36

Valores em euros.

Nos subsídios à exploração/ Indemnização Compensatória, a variação positiva de 407 mil euros comparativamente com o ano anterior, é justificada, pelo aumento das indemnizações compensatórias em 2022, conforme o sexto e sétimo aditamento ao contrato de Serviço Público.

De realçar, o aumento da compensação devido ao programa de redução tarifária na RAM, conforme referido anteriormente e ao apuramento da reconciliação dos exercícios económicos de 2016 a 2020. Em relação aos valores de 2022 e 2021 poderão ser alteradas, de acordo com o contrato de concessão assinado em 30/10/2017 e respetivas adendas, assim como as prorrogações em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros e em resultado do apuramento final a ocorrer em agosto de 2023.

O contrato de Serviço público acima, tal qual nos anos anteriores, refere o seguinte:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras de cada ano, devidamente aprovadas;
- Que o apuramento de reconciliação, será efetuado pela Secretaria Regional da Economia da Madeira, outorgante deste protocolo, até 31 de agosto do ano seguinte;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o limite máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

Nos subsídios à exploração/Indemnização Compensatória-SUB23, com a continuação dos novos títulos de transporte, com descontos especiais, denominados, Passe SUB23@SUPERIOR.PT, destinados aos estudantes do ensino superior, até os 23 anos inclusive foram contabilizados 11 mil euros.

Nos subsídios à exploração/outros, reflete um apoio extraordinário ao combustível, devido ao aumento do custo unitário face ao conflito ente Rússia e Ucrânia.

23 Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Subcontratos	269 086,49	169 530,94
Serviços Especializados	1 501 833,15	1 386 449,81
Trabalhos Especializados	194 312,80	174 499,48
Publicidade e Propaganda	2 993,89	1 155,11
Vigilância e Segurança	5 701,08	5 450,88
Honorários	0,00	0,00
Comissões	15 722,35	31 329,38
Conservação e Reparação	1 283 103,03	1 174 014,96
Materiais	2 931,21	217,54
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	136,50	0,00
Material de Escritório	2 174,46	150,00
Outros	620,25	67,54
Energia e Fluidos	1 171 424,10	928 091,51
Eletricidade	2 802,07	2 729,62
Combustíveis	1 168 304,55	922 650,19
Água	317,48	355,84
Outros Fluidos	0,00	2 355,86
Deslocações, Estadas e Transportes	81,20	0,00
Deslocações e Estadas	81,20	0,00
Transporte de Mercadorias	0,00	0,00
Serviços Diversos	223 525,85	256 001,43
Rendas e Alugueres	67 785,96	99 853,51
Comunicação	4 382,65	9 230,98
Seguros	95 175,37	88 664,04
Contencioso e Notariado	477,50	314,00
Despesas de Representação	0,00	0,00
Limpeza, Higiene e Conforto	52 072,52	47 603,03
Outros Serviços	3 631,85	10 335,87
Total	3 168 882,00	2 740 291,23

Valores em euros.

A rubrica, fornecimentos e serviços externos, apresenta um aumento de 428,6 mil euros face ao ano anterior, fruto da retoma da operação durante o ano e do contrato existente com a empresa mãe HF. Destacam-se as seguintes variações:

- Nos subcontratos, um aumento de 99,5 mil euros, devido ao aumento de serviços de motoristas requisitados no exterior, nomeadamente à empresa mãe – HF, de forma a colmatar algumas baixas e saídas da empresa e necessidades decorrentes do aumento dos serviços de turismo até ao final do 3º trimestre;
- Na rubrica, trabalhos especializados, um aumento de 19,8 mil euros, referente aos diversos serviços prestações pela empresa mãe HF e estudos requisitados a terceiros;
- Na rubrica, conservação e reparação de viaturas, um aumento de 109 mil euros, pois face à antiguidade e estado de conservação da frota, tornou-se essencial efetuar diversas reparações implicando assim um acréscimo dos custos;
- Na rubrica, combustíveis, e face ao retomar da operação, aliado ao aumento do preço unitário, registou-se um acréscimo de 245,6 mil euros;
- Na rubrica, rendas e alugueres, diminuição de 32 mil euros face ao ano anterior e que reflete a passagem de serviços para a empresa-mãe, reduzindo assim os encargos.

Nas restantes rubricas nada de relevo a destacar, embora exista um ligeiro aumento das rubricas de seguros e limpeza, higiene e conforto.

24 Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações dos Órgãos Sociais	2 250,00	0,00
Remunerações do Pessoal	1 487 698,16	1 271 615,93
Outros Benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	40 000,00	0,00
Encargos sobre Remunerações	332 914,73	283 588,68
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	14 800,91	16 006,47
Gastos de Ação Social	856,57	919,85
Outros Gastos com o Pessoal	4 450,99	770,00
Total	1 882 971,36	1 572 900,93

Valores em euros.

Nas rubricas de gastos com o pessoal, houve um aumento de 310 mil euros, decorrente dos aumentos salariais e do aumento das horas extraordinárias decorrente da retoma da operação e, ainda, o pagamento de retribuição de férias e subsídios de férias de anos anteriores.

Distribuição do pessoal em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Órgãos Sociais	0	0
Diretores/Chefias Superiores	0	0
Chefias Intermédias	1	1
Profissionais Altamente Qualificados	0	1
Profissionais Semi-Qualificados	62	63
Contratados a Prazo	0	0
Total	63	65

Valores em euros.

25 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos Suplementares	243 606,04	7 149,36
Ganhos em Inventários	729 864,88	0,00
Outros	5 645,14	57,76
Total	979 116,06	7 207,12

Valores em euros.

Na rubrica, rendimentos suplementares, o valor refere-se, essencialmente, à prestação de serviços realizados pelos motoristas à empresa-mãe

Na rubrica, ganhos em inventários, o montante diz respeito à alienação de toda a frota e equipamentos associados à mesma;

Na rubrica, outros, pela correção relativa a anos anteriores.

26 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos	363,07	363,07
Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	0,00	0,00
Perdas em Inventários	0,00	0,00
Outros	78 424,91	137 596,68
Total	78 787,98	137 959,75

Valores em euros.

A rubrica de impostos contempla o pagamento do imposto municipal de imóveis.

Na rubrica, outros, refere-se essencialmente a ofertas de serviços e pagamento especial por conta caducado.

27 Gastos / Reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Gastos em Propriedades de Investimento	0,00	0,00
Gastos em Ativos Fixos Tangíveis	91 141,43	164 038,32
Reversões	0,00	0,00
Total	91 141,43	164 038,32

Valores em euros.

Pela análise do quadro acima, verifica-se uma redução, no montante de 73 mil euros, face ao período homologado e que se deve à não existência de novos investimentos como também à alienação de toda a sua frota.

28 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A 29 de março de 2016, foi apresentado um pedido de Revisão Oficiosa (artigo 78º da LGT), referente ao Imposto sobre o valor acrescentado considerado como liquidado em excesso, no período de dezembro 2012 a março 2014, no valor de 85.344,00 euros, pelo que é feita uma breve descrição do processo.

- 1) Com efeito, em 10 de agosto de 2018 foi proferido, pela ATRAM, despacho de indeferimento ao procedimento de Revisão Oficiosa, do qual fomos notificados a 3 de setembro de 2018;
- 2) Através de requerimento, de 12 de outubro de 2018, a CCSG apresentou um pedido de “Recurso Hierárquico”, o qual foi rejeitado com fundamento na sua extemporaneidade (notificado em 28 de novembro de 2018);
- 3) Na sequência da rejeição do recurso, a CCSG moveu uma Ação Administrativa em 19 de fevereiro de 2019 (Processo nº 64/19.3BEFUN), contra a ATRAM;
- 4) A referida ação foi considerada procedente, em 21 de novembro de 2019, e em consequência foi anulado o ato tributário impugnado que indeferiu o Recurso Hierárquico;
- 5) Uma vez anulado o ato, ATRAM apreciou o Recurso Hierárquico, e notificou-nos a 08/01/2020 do projeto de decisão;
- 6) A 24/01/2020, exercemos o direito de audição prévia;
- 7) A 12/02/2020 fomos notificados do despacho de indeferimento do recurso hierárquico;

- 8) A 02/06/2020 deu entrada a impugnação judicial/petição inicial, pelo que aguardamos despacho do Tribunal.

Sobre esta matéria foi ainda solicitado um pedido de informação vinculativa a 03/05/2019 onde argumentamos que a fórmula de cálculo para o apuramento das compensações financeiras, que tem por base uma soma algébrica de vários agregados (custos – proveitos + lucro razoável + incentivos), e não preços vs. Quantidades, razão pela qual entendemos que não é aplicável o imposto. Durante o exercício de 2020 recebemos a resposta da Autoridade Tributária, onde discorda do nosso entendimento.

29 Divulgações de partes relacionadas

A CCSG é detida a 100% pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos S.A.

Não foram atribuídas quaisquer remunerações ao pessoal - chave da gestão da CCSG.

Foi atribuído à empresa – mãe uma remuneração no montante de 50.016,84 euros a título de desempenho de cargos sociais dos seus órgãos de gestão na CCSG.

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Vendas e Serviços Prestados	242 004,18	4 974,50
Empresa mãe	242 004,18	4 974,50
Outras Partes Relacionadas	0,00	0,00
Gastos	3 036 206,50	2 590 680,02
Empresa mãe	3 036 206,50	2 590 680,02
Outras Partes Relacionadas	0,00	0,00
Total	2 794 202,32	2 585 705,52

Valores em euros.

As transações mais significativas referem-se a fornecimentos e serviços externos, nomeadamente combustíveis e conservação e reparação de viaturas.

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos	1 031 738,88	443 299,43
Empresa mãe	1 031 738,88	443 299,43
Passivos	-3 567 133,37	-2 793 110,11
Empresa mãe	-3 567 133,37	-2 793 110,11
Total	-2 535 394,49	-2 349 810,68

Valores em euros.

No ativo, refere-se à dívida da HF, relacionado com venda de títulos de transporte da CCSG.

No passivo, o valor é referente aos fornecimentos de bens e serviços efetuados pela HF, nomeadamente, gasóleo e serviços de manutenção de viaturas.

30 Honorários e outros serviços faturados

Sociedade de revisores oficiais de contas

A rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Honorários Totais Faturados, Revisão Legal Contas Anuais	4 950,00	4 950,00
Honorários Totais Faturados, Outros Serviços	2 900,00	1 600,00
Total	7 850,00	6 550,00

Valores em euros.

Os honorários contratualizados para a revisão legal de contas do presente exercício foi no montante de 4.950,00 euros.

31 Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos suscetíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da empresa. Contudo procedemos à seguinte divulgação:

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020.

Depois das vagas ocorridas em 2020 e 2021, cujos impactos foram reconhecidos e divulgados, neste momento existe uma retoma de toda a atividade, o que indica uma diminuição do impacto da pandemia e da sua evolução futura, sendo que consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

Mais recentemente, em finais de fevereiro de 2022, deu-se início a um conflito entre a Rússia e a Ucrânia, culminando com uma invasão por parte da Rússia.

Neste momento, o mesmo continua a ter impactos devastadores que afetam a economia global, sendo que existe algumas dificuldades na preparação das projeções futuras, seja, do ponto de vista da inflação, seja, com a subida de juros e com a falta de matérias-primas. Não sendo possível prever alguns dos efeitos que possam advir da evolução deste conflito, consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

32 Anexo ao relatório do conselho de administração

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

a que se refere o n.º 6 do Art.º 447º do (C.S.C.) Código das Sociedades Comerciais

ÓRGÃOS SOCIAIS Art.º 447º, n.º 1 do C.S.C.	N.º DE AÇÕES 31/12/2022	N.º DE AÇÕES 31/12/2021
Exercício de 2021		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
António José Jardim Faria		
António Manuel Pita Rentróia		
Gabriel de Lima Farinha		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves		
Susana Maria Florença Pinto Correia		
Duarte Leovigildo de Faria Sousa		
Ricardo Nuno Pestana Abreu		
Donato Filipe Fernandes de Gouveia		
FISCAL ÚNICO		
BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.		
Exercício de 2022		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
António José Jardim Faria		
António Manuel Pita Rentróia		
Gabriel de Lima Farinha		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves		
Susana Maria Florença Pinto Correia		
Duarte Leovigildo de Faria Sousa		
Ricardo Nuno Pestana Abreu		
Donato Filipe Fernandes de Gouveia		
FISCAL ÚNICO		
BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.		
ACIONISTAS Art.º 447º, n.º 2, alínea d) do C.S.C.		
	N.º DE AÇÕES 31/12/2022	N.º DE AÇÕES 31/12/2021
Horários do Funchal - Transportes Públicos S.A.	1 000 000	1 000 000

Informação a que se refere o n.º 4 do Art.º 448º do C.S.C.

Os acionistas abaixo indicados detinham em 31 de dezembro de 2022 as seguintes posições:

ACIONISTAS	N.º DE AÇÕES	%
Horários do Funchal - Transportes Públicos S.A.	1 000 000	100%

O Conselho de Administração**O Contabilista Certificado****Presidente Executivo**

Atejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Vogal Executivo

Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal Executivo

Duarte Leovigildo de Faria Sousa

Vogal não Executivo

Ricardo Muno Pestaña Abreu

Vogal não Executivo

Donato Filipe Fernandes de Gouveia

ANEXO IV



Fiscal Único

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A. (adiante também designada por CCSG ou Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 7 047 435 euros e um total de capital próprio de 3 056 572 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 335 799 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme divulgado na nota 3.4 do Anexo às demonstrações financeiras, apesar de a Empresa não ter concorrido ao concurso público internacional que se encontra em curso para a “Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na RAM”, o Conselho de Administração considera que a continuidade da Empresa não está em causa, dado que prevê a prorrogação do atual contrato de serviço público até finais de 2023 e que apenas em 2024 venham a ser tomadas decisões sobre a continuidade das operações.

Conforme divulgado no Relatório de Gestão e na nota 31 do Anexo às demonstrações financeiras, relativamente à pandemia COVID-19, e depois das vagas ocorridas em 2020 e 2021, cujos impactos foram reconhecidos e divulgados, neste momento existe uma retoma de toda a atividade. Adicionalmente, em finais de fevereiro de 2022, deu-se início a um

conflito entre a Rússia e a Ucrânia, culminando com uma invasão por parte da Rússia, o qual continua a ter impactos devastadores que afetam a economia global, sendo que existe algumas dificuldades na preparação das projeções futuras, seja do ponto de vista da inflação, seja com a subida de juros e com a falta de matérias-primas. Neste contexto, apesar de não ser possível prever todos os efeitos que possam advir do escalar deste conflito, é convicção do Conselho de Administração que as atuais circunstâncias não colocam em causa a continuidade das operações da Empresa.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Funchal, 24 de março de 2023

António José Correia de Pina Fonseca,
(ROC n.º 949, inscrito na CMVM sob o n.º 20160566)
em representação de BDO & Associados - SROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2022, a atividade da Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A., examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pela Administração, relativos ao exercício de 2022;

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Funchal, 24 de março de 2023

O FISCAL ÚNICO

António José Correia de Pina Fonseca,
(ROC n.º 949, inscrito na CMVM sob o n.º 20160566)
em representação de BDO & Associados - SROC



COMPANHIA DOS CARROS
DE SÃO GONÇALO, S.A.